

Projecto +Competitividade

Relatório final de projecto

31 de Março de 2011

Ref. WEF 001

*Capgemini Consulting is the strategy
and transformation consulting brand
of Capgemini Group*



Índice

A. Aspectos metodológicos do projecto +Competitividade

B. Síntese das principais conclusões

Anexo: Iniciativas em implementação e respectivo ponto de situação

Índice

A. Aspectos metodológicos do projecto +Competitividade

B. Síntese das principais conclusões

Aspectos metodológicos do projecto +Competitividade (1/2)

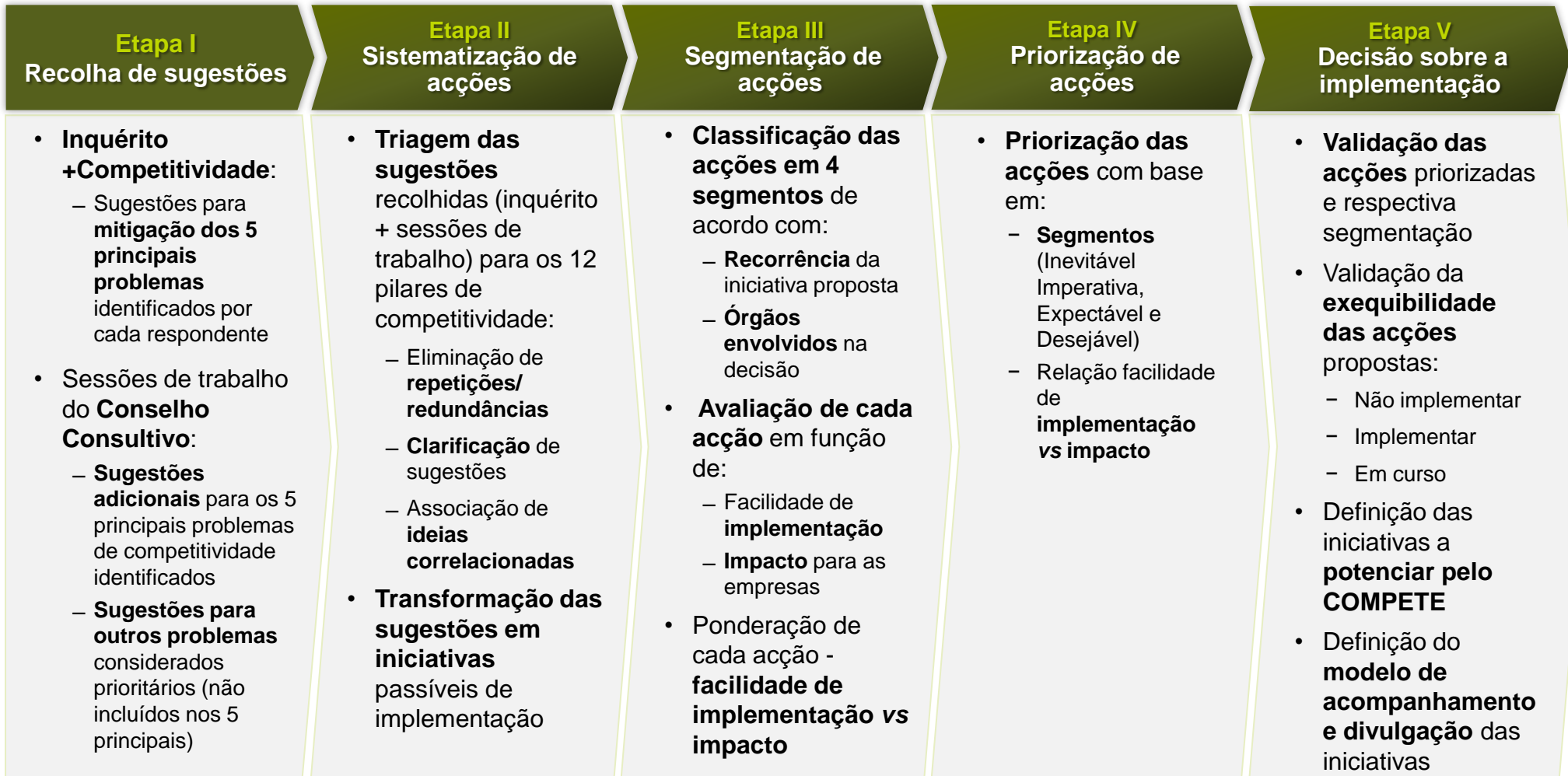
- As sugestões para melhoria da competitividade de Portugal foram recolhidas, transformadas em acções passíveis de implementação, segmentadas e priorizadas de acordo com um **processo faseado em 5 etapas**:
 - Etapa I - Recolha de sugestões
 - Etapa II - Sistematização de acções
 - Etapa III - Segmentação de acções
 - Etapa IV- Priorização de acções
 - Etapa V - Decisão sobre a implementação
- As sugestões recolhidas no inquérito +Competitividade para os **principais 5 problemas de Portugal** foram apresentadas nas sessões de trabalho do Conselho Consultivo, tendo os participantes contribuído com sugestões adicionais
- Posteriormente, as sugestões foram tríadas e transformadas em **acções passíveis de implementação**, organizadas em função dos problemas a mitigar
- As acções definidas foram **classificadas em 4 segmentos** (Inevitável, Imperativa, Expectável e Desejável) de acordo com *i)* a recorrência da iniciativa proposta e *ii)* os órgãos envolvidos na decisão de implementação, ...
- ... e **ponderadas** em função de *a)* facilidade de implementação e *b)* impacto para as empresas

Aspectos metodológicos do projecto +Competitividade (2/2)

- As acções foram priorizadas de acordo com os posicionamentos anteriores, recomendando a Capgemini o **enfoque, em 1º lugar, nas quick-wins e acções de alto impacto**, e posteriormente nas oportunistas e estruturais
- Por último, as acções propostas para implementação foram analisadas a pedido do MEID pelas várias entidades de tutela e outros organismos seleccionados que se pronunciaram **sobre a respectiva exequibilidade**, ...
- ... sendo, posteriormente, definidos os **modelos genéricos de acompanhamento e divulgação** das iniciativas, e sistematizadas as acções potenciar directamente pelo COMPETE

As sugestões para melhoria da competitividade de Portugal foram recolhidas, transformadas em acções passíveis de implementação, segmentadas e priorizadas de acordo com um processo faseado em 5 etapas

Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (1/8)



As sugestões recolhidas no inquérito +Competitividade para os principais 5 problemas de Portugal foram apresentadas nas sessões de trabalho, tendo os participantes contribuído com sugestões adicionais



Etapa I - Recolha de sugestões

Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (2/8)

Etapa I - Recolha de sugestões

RECORDATÓRIO

Inquérito +Competitividade

Sessões de trabalho do Conselho Consultivo

	Exemplo de problema	Sugestão de melhoria
Qualidade de ensino básico	Má preparação dos alunos, devido ao facilities instalado	Crear uma política de meritocracia
Acesso ao crédito	Dificuldade das PME's se financiarem	Fomentar o apoio da Banca a empresas no desenvolvimento de projetos inovadores
Inovação	Faltado aproveitamento das potencialidades nacionais	Identificar clusters de crescimento e promover a especialização
Investimento estrangeiro	Inexistência de critérios para atração de investimento estrangeiro	Conceder maiores facilidades ao investimento estrangeiro, mas
Satisfação do consumidor	Consumidores não valorizam os produtos nacionais	Divulgar o impacto macroeconómico do consumo de produtos n



Principais **PROBLEMAS** de Competitividade:

- Ambiente macroeconómico
- Gestão pública
- Solvabilidade dos bancos
- Carga fiscal
- Legislação laboral

Entidades participantes no inquérito +Competitividade

Accenture Technology	CGD	Fidelidade	JP Sá Couto	Reste
Alcatel-Lucent	Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	Fininter	Leite Campos, Soutelinho & Associados	SAG - Soluções Autom. Globais,SGPS
Alstom Portugal SA	Companhia de Seguros Lusitânia, S.A.	Fisipe S.A.	Logoplaste - Consultores Técnicos, S.A.	SDG - Simuladores e Modelos de Gestão, Lda.
ASK	CPI - Conselho Promoção da Internacionalização	Fomentinvest SGPS	Magnum Capital	SIBS
COMPETE	CUF - Companhia União Fabril, SGPS, S.A.	Frezite	Martifer SGPS	Soares da Costa
BA Vidro, S.A	Deloitte Consultores	Fundação Oriente	Mota-Engil, S.G.P.S.	Sogrape Vinhos
Banco BIC Português	Deplano Network	Galp Energia SGPS	Moviflor	SONAE, SGPS
Banco Espírito Santo	ECS	Generg, SGPS	Mychange	STAPLES Portugal
Banco Finantia	EDIFER Investimentos	Grupo Visabeira, SGPS	Parública	Strategos
Banco Popular Portugal	EFACEC Capital S.G.P.S.,	Health Cluster Portugal	Planbelas	Unicre
BCG	Egon Zehnder International	Hidroprojecto, S.A.	PLMJ	Capgemini
Endesa Portugal	Jerónimo Martins	ProForum	CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel	Estrutura de projecto “Turismo 2015”
José de Mello Saúde	Reditus			

Elementos do Conselho Consultivo +Competitividade

Armindo Monteiro	Compta	João Talone	Magnum Capital
António Saraiva	Confederação da Indústria Portuguesa	Joaquim Cunha	Health Cluster Portugal
Basílio Horta	AICEP	Luís Filipe Costa	IAPMEI
Estela Barbot	Santander-Totta	Luís Patrão	Turismo de Portugal
Eurico Brilhante Dias	AICEP	Madalena Torres	Banco Espírito Santo
Frederico Moreira Rato	Reditus	Nelson de Souza	COMPETE
Gonçalo Lobo Xavier	RECET	Pedro Gonçalves	Soares da Costa
Henrique Medina Carreira	Fórum para a Competitividade	Pedro Rebelo de Sousa	SRS Advogados
Jaime Andrez	Autoridade da Concorrência	Rui Martinho	Seguros Tranquilidade
João Salgueiro	Fórum de Administradores de Empresas	Rui Paiva	WeDo

Posteriormente, as sugestões foram tríadas e transformadas em acções passíveis de implementação, organizadas em função dos problemas a mitigar



Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (3/8) Etapa II - Sistematização de acções

RECORDATÓRIO

SUGESTÃO	ACÇÃO	PROBLEMAS		
		Gestão pública	Ambiente macroeconómico	Corrupção e transparência
<p>Fonte: Inquérito +Competitividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despartidarizar a Administração do Estado 	<p>Fonte: Análise Capgemini</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o modelo de recrutamento da Administração Pública (com base no <i>curriculum</i>, experiência e ética de vida) e exigir habilitações específicas para acesso a cargos de gestão/ direcção 	✓		✓
<ul style="list-style-type: none"> • Permitir o acesso (tempo real) aos objectivos, funções, produtividade e cumprimento orçamental das diferentes instituições públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Publicar no portal dos vários organismos públicos informação standardizada e actualizada periodicamente sobre os respectivos objectivos, funções, produtividade e cumprimento orçamental 	✓	✓	
<ul style="list-style-type: none"> • Definir um Projecto de Desenvolvimento Económico • Promover a produção de bens que promovam a diminuição das importações • Apoiar a industrialização • Reestruturar as políticas de apoio à internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir um Projecto de Desenvolvimento Económico concreto, alicerçado em 3 eixos: <ol style="list-style-type: none"> Incentivos à exportação Incentivos à substituição de importações Capitalização de empresas para reforço de competitividade (ex.: <i>venture capital</i>) 	✓	✓	

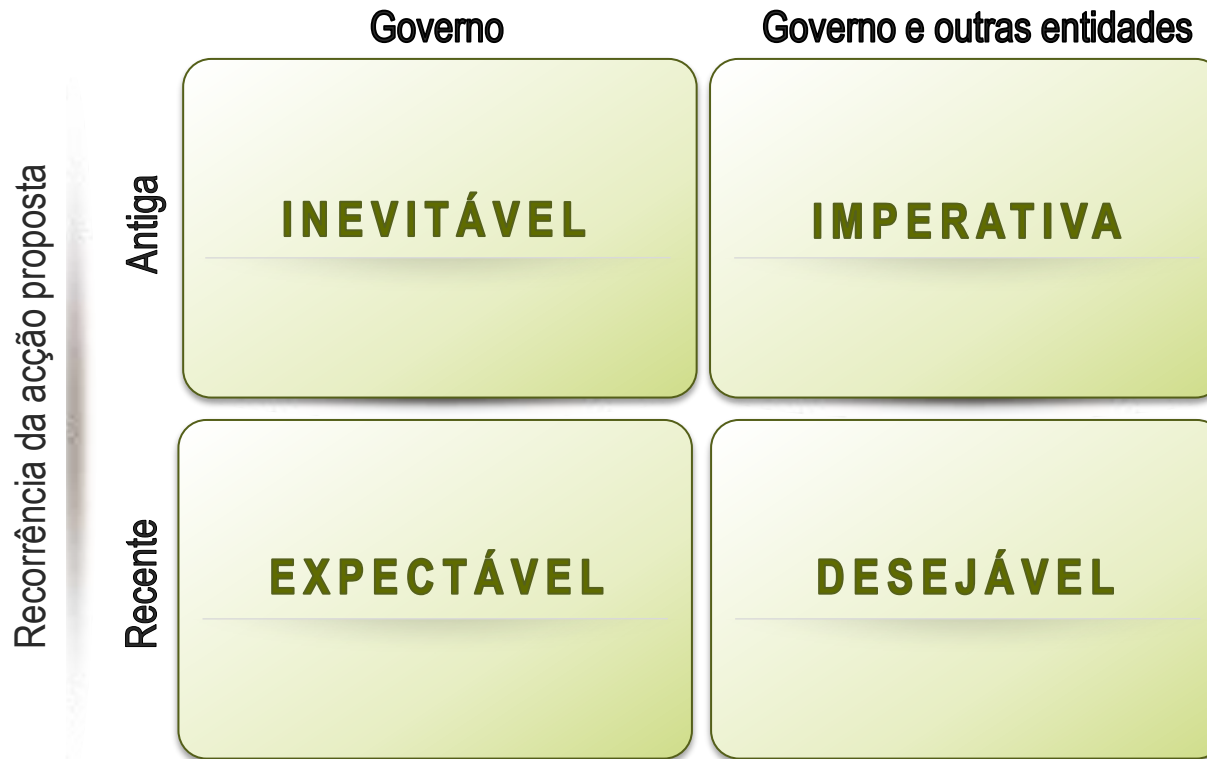
As acções definidas foram classificadas em 4 segmentos (Inevitável, Imperativa, Expectável e Desejável) de acordo com i) a recorrência da iniciativa proposta e ii) os órgãos envolvidos na decisão de implementação, ...



Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (4/8)

Etapa III - Segmentação de acções

Órgãos envolvidos na decisão de implementação



... e ponderadas em função de a) facilidade de implementação e b) impacto para as empresas



Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (5/8) Etapa III - Segmentação de acções



Facilidade de implementação

	ATRIBUTOS EM ANÁLISE			PONDERAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO GERAL
	Pagamento directo	Cedência	Conciliação de posições	
INVESTIMENTO	✓	✓	✓	3
NEGOCIAÇÃO		✓	✓	2
COORDENAÇÃO			✓	1

INVESTIMENTO – maior ponderação na classificação final por exigir, para além de alocação directa de recursos financeiros e materiais, a cedência e a conciliação de posições entre os *stakeholders* (ex.: decisão sobre os investimentos estratégicos do país)

NEGOCIAÇÃO – ponderação intermédia na classificação final, por envolver cedências e conciliação de posições assentes na negociação de contrapartidas

COORDENAÇÃO – menor ponderação na classificação final, por existir alinhamento entre os *stakeholders* quanto ao macro objectivo, sendo apenas necessário conciliar os objectivos individuais e definir a estratégia de implementação

Impacto para as empresas

	ATRIBUTOS EM ANÁLISE		PONDERAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO GERAL
	Benefício real/ percepcionado	Percepção de inovação/ melhoria	
ECONÓMICO	✓	✓	2
IMAGEM		✓	1

ECONÓMICO – maior ponderação na classificação final, uma vez que os benefícios económicos (mesmo que apenas percepcionados) têm simultaneamente impacto na percepção de inovação/ melhoria

IMAGEM – menor ponderação na classificação final, uma vez que o impacto na percepção de inovação/ melhoria não é acompanhado por benefícios económicos (reais ou percepcionados)

As acções foram priorizadas de acordo com os posicionamentos anteriores, recomendando a Capgemini o enfoque, em 1º lugar, nas *quick-wins* e acções de alto impacto, e posteriormente nas oportunísticas e estruturais



Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (6/8)

Etapa IV - Priorização de acções

Facilidade de implementação vs Impacto para as empresas



Total de 98 iniciativas

Facilidade de implementação vs Impacto para as empresas



Por último, as acções propostas para implementação foram analisadas a pedido do MEID pelas várias entidades de tutela e outros organismos seleccionados que se pronunciaram sobre a respectiva exequibilidade, ...



Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (7/8)

Etapa V – Implementação de acções

Total de 92 iniciativas

58 Medidas EM IMPLEMENTAÇÃO



Medidas com objectivos últimos semelhantes **já em implementação e incluídas no Programa** do Governo, por serem consideradas de extrema relevância para a competitividade nacional

Medidas inovadoras, que apresentam elevado potencial de contribuição para a competitividade da economia portuguesa

34 Medidas A NÃO IMPLEMENTAR



Medidas excluídas por não se encontrarem alinhadas com o Programa do Governo ou exigirem um esforço financeiro considerável

Não incluídas no relatório final

Legenda:

 Quick-wins  Alto impacto  Estruturais  Oportunísticas

Total de 92
iniciativas

Recorrência da acção vs
Órgãos envolvidos

- INEVITÁVEL
- EXPECTÁVEL
- IMPERATIVA
- DESEJÁVEL

Facilidade de implementação vs Impacto para as empresas



PROPOSTA
(Entidades de Tutela)

Facilidade de implementação vs Impacto para as empresas

Total de 92
iniciativas

Recorrência da acção vs
Órgãos envolvidos

- INEVITÁVEL
- EXPECTÁVEL
- IMPERATIVA
- DESEJÁVEL



... sendo, posteriormente, definidos os modelos genéricos de acompanhamento e divulgação das iniciativas, e sistematizadas as acções potenciar directamente pelo COMPETE



Metodologia de recolha de sugestões e priorização de acções (8/8)

Etapa V – Implementação de acções

Actividades de acompanhamento e divulgação

Medidas



**EM
IMPLEMENTAÇÃO**

Plano de implementação com a definição dos objectivos, prioridades e *timings* de implementação das novas acções

Plano de comunicação direccionado, sobretudo, ao meio empresarial, com o objectivo de divulgar as iniciativas já em implementação pelo Governo, respectivos objectivos e *status*


14 acções¹ a potenciar directamente pelo



COMPETE

PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

- Qualificação de PMEs
- Internacionalização
- I&D
- Inovação produtiva
- Clusterização
- Eficiência processual

¹ Identificadas na listagem de iniciativas com o símbolo  COMPETE. A inclusão da marca COMPETE nas fichas significa que existe uma relação entre o objectivo referenciado e os objectivos específicos do Programa e não necessariamente com todas as iniciativas previstas.

Índice

A. Aspectos metodológicos do projecto +Competitividade

B. Síntese das principais conclusões

B. Síntese das principais conclusões (1/2)

- A Capgemini identificou **5 factores de enviesamento às respostas** ao *Global Competitiveness Report* (GCR), que podem prejudicar o posicionamento absoluto de Portugal no *ranking*:
 - **Ambiguidade** da(s) pergunta(s);
 - Grau de **exigência/ pessimismo** do respondente;
 - **Informação** do respondente;
 - Factores **residuais** (respostas “não pensadas”);
 - **Dados quantitativos** não actualizados.

- Não obstante estes constrangimentos, os empresários e gestores consultados consideram que Portugal possui **problemas reais de competitividade em 6 dimensões**:
 - Conjuntura **económica e fiscal**
 - Mercado de **trabalho**
 - **Instituições**
 - Mercado **financeiro**
 - **Educação/ Formação**
 - Competitividade nos **mercados**

B. Síntese das principais conclusões (2/2)

- A comparação entre as acções propostas para mitigação dos problemas e a análise de exequibilidade realizada pelas instituições de tutela revela existir um **reduzido conhecimento por parte do meio empresarial das iniciativas em prol da competitividade já em implementação** pelo Governo, derivada de:
 - **Grau de execução** das iniciativas;
 - **Obrigações** inerentes ao serviço público.
- Adicionalmente, observa-se um **desalinhamento na prioridade de algumas iniciativas** entre empresários e Governo.
- Por último, o Governo considerou, apesar da respectiva relevância, a **impossibilidade de implementação de algumas medidas**, em virtude do actual contexto económico-financeiro
- Neste contexto de lacuna de comunicação entre o Governo e a comunidade empresarial e de enviesamento das respostas ao GCR, a **Capgemini recomenda** o desenvolvimento de:
 - **Plano de comunicação** direccionado, sobretudo, aos empresários e gestores, com o objectivo de divulgar as iniciativas já em implementação, respectivos objectivos e *status*;
 - Estratégia de **mitigação dos problemas metodológicos** do GCR, junto do *World Economic Forum* (WEF) e co-parceiros nacionais.

A Capgemini identificou 5 factores de enviesamento às respostas ao *Global Competitiveness Report* (GCR), que podem prejudicar o posicionamento absoluto de Portugal no *ranking*

Factores de enviesamento das respostas ao GCR

Dimensões que podem afectar respostas com **base em opiniões**

1. **Ambiguidade** da(s) pergunta(s)

2. **Grau de exigência/ pessimismo** do respondente

3. **Informação** do respondente

4. **Factores residuais** (respostas “não pensadas”)

Dimensão que pode afectar respostas com **base na observação**

5. **Dados quantitativos** não actualizados

Factores de enviesamento das respostas ao GCR (1/4)

Ambiguidade da(s) pergunta(s)

RECORDATÓRIO



x% Percentagem das respostas no Inquérito +Competitividade; *Global Competitiveness Report*

Fonte: Inquérito +Competitividade; *Global Competitiveness Report*; Análise Capgemini

Factores de enviesamento das respostas ao GCR (2/4)

Grau de exigência/ pessimismo do respondente

RECORDATÓRIO

RANKING		Ensino Secundário/ Superior	Orientação ao Consumidor	Inovação	Direitos de Propriedade	Infra-estruturas Aéreas	Formação	Ensino Básico	Tuberculose / Malária/ HIV	Intensidade da Concorrência
GCR		 Quênia	 Gâmbia	 Tunísia	 Porto Rico	 Trinidad e Tobago	 Botswana	 Gâmbia	 Tunísia	 Líbano
	 Portugal	3º	3º	2º	3º	3º	3º	3º	3º	3º
Inquérito +Competitividade										
	 Portugal	1º								

RANKING		Preparação Tecnológica	Legislação Laboral	Corrupção	Vantagem Competitiva	Crime/ Violência	Investimento Estrangeiro	Solvabilidade dos Bancos	Acesso a Crédito	Carga Fiscal
GCR		 Bahrein	 Angola	 Ruanda	 Barbados	 Líbia	 Chipre	 Espanha	 Arábia Saudita	 Panamá
	 Portugal	3º	2º	3º	3º	3º	2º	3º	3º	3º
Inquérito +Competitividade								 Espanha	 Arábia Saudita	 Panamá
	 Portugal	1º	1º	1º	1º	1º	1º	2º	2º	3º

Fonte: Inquérito +Competitividade; Global Competitiveness Report; Análise Capgemini



1 The 2010 Logistics Performance Index

2 Unbundling logistics performance

- **Infrastructure**
- Services
- **Border procedures and time**
- Supply chain reliability

3 The 2010 Logistics Performance Index

- **Infrastructure**
- Improving the quality of trade and transport services
- Coordinating border management
- Regional facilitation

Variáveis
avaliadas
pelo GCR

Fonte: "The Logistics Performance Index and its Indicators"; Análise Capgemini

5.01 Taxa de inscrição no ensino secundário 5.02 Taxa de inscrição no ensino superior

Gross secondary education enrollment rate | 2008

RANK	COUNTRY/ECONOMY	SCORE
1	Australia	149.3
2	Netherlands	120.7
3	Spain	119.9
4	Denmark ⁶	119.2
5	New Zealand	118.5
6	Ireland	115.0
7	France	113.2
8	Norway	111.6
9	Finland	110.3
10	Iceland	110.1
11	Belgium	108.3
12	Azerbaijan	105.6
13	Sweden	103.5
14	Barbados ⁶	103.2
15	Singapore ⁷	103.0
16	Guyana	102.1
17	Greece ⁶	101.8
18	Germany	101.7
19	Canada ⁵	101.3
20	Portugal ⁹	101.3
21	Japan	100.9
22	Brazil	100.8
23	Austria	100.0
24	Italy ⁶	99.9
25	Poland ⁶	99.8
26	Estonia	99.3
27	Taiwan, China	99.2
28	United Kingdom	99.0
29	Lithuania	99.0

SOURCES: UNESCO Institute for Statistics (retrieved July 16, 2010); national sources
1 2001 2 2002 3 2004 4 2005 5 2006 6 2007 7 2009

Gross tertiary education enrollment rate | 2008

RANK	COUNTRY/ECONOMY	SCORE
26	Belgium	63.0
27	Canada ⁴	62.3
28	Puerto Rico	61.1
29	Netherlands	60.6
30	Singapore ⁸	60.0
31	Israel	59.7
32	Czech Republic	58.6
33	Ireland	58.3
34	Japan	58.0
35	United Kingdom	57.4
36	Portugal ⁷	56.9
37	Libya ³	55.7
38	Austria	54.7
39	France	54.6

SOURCES: UNESCO Institute for Statistics (retrieved July 16, 2010); national sources
1 2000 2 2001 3 2003 4 2004 5 2005 6 2006 7 2007 8 2009

• Utilização de dados relativos a 2007

• Efeitos da aplicação do processo de Bolonha no Ensino Superior não se encontram reflectidos na avaliação

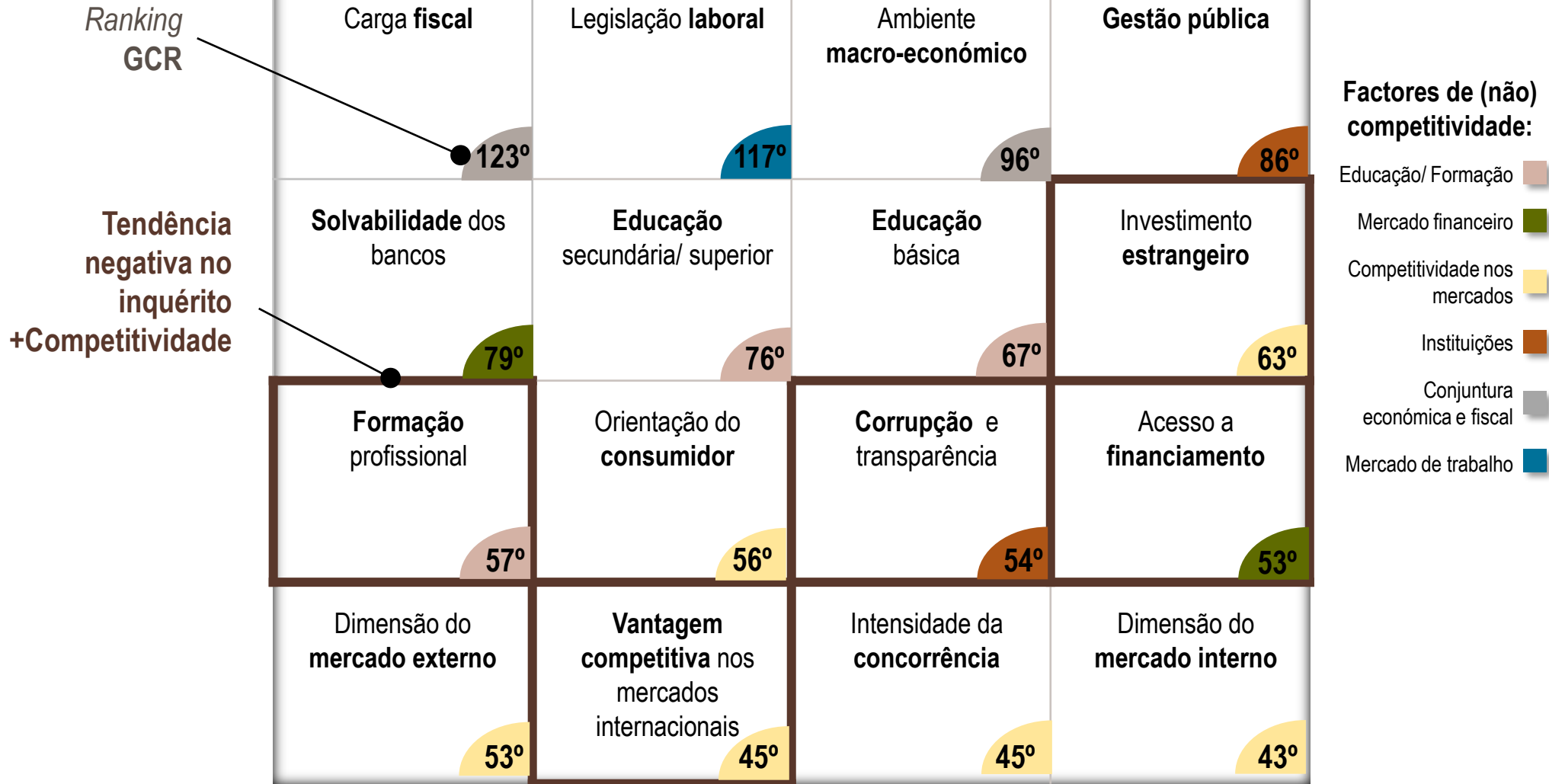
• Utilização de dados relativos a 2007

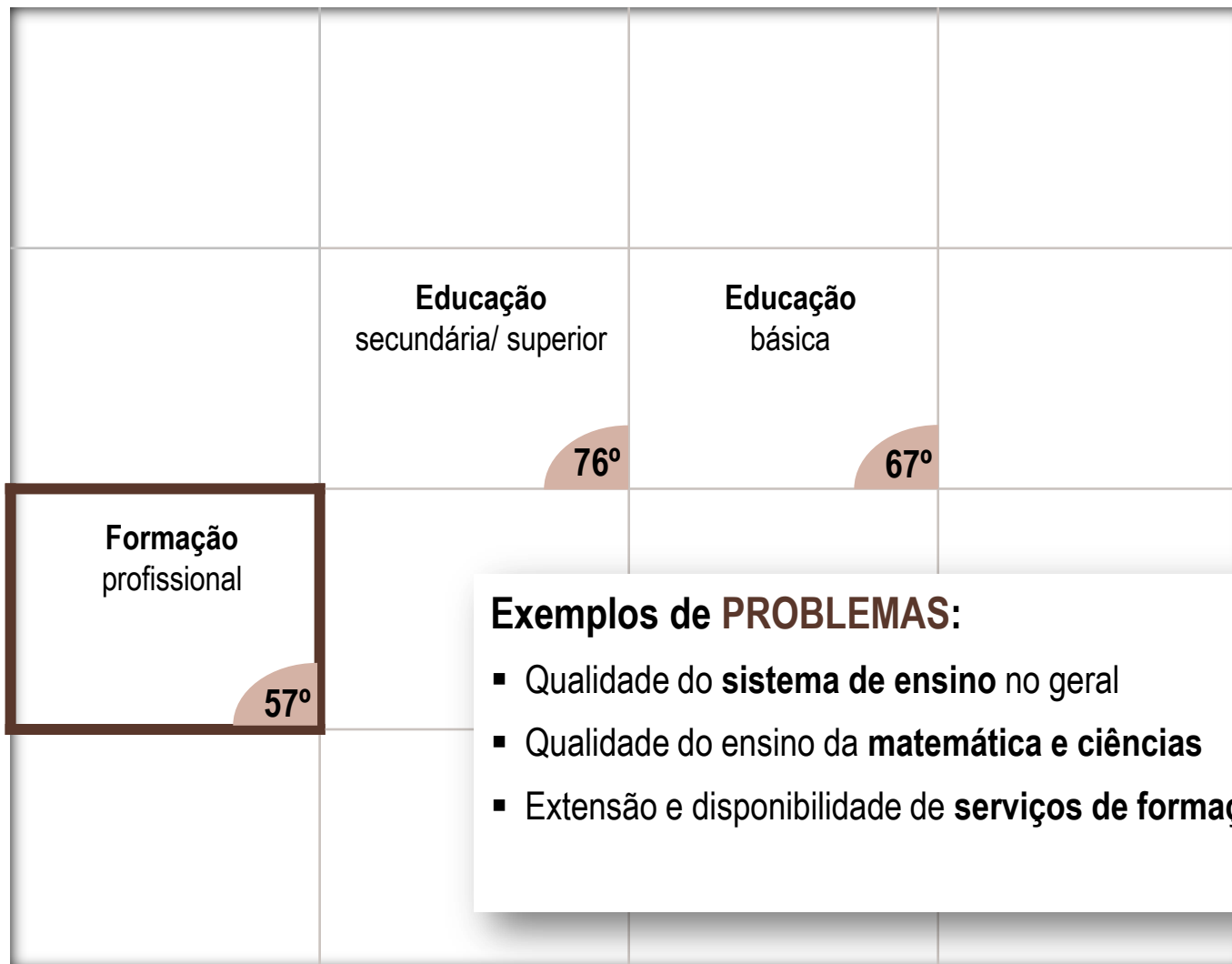
• Medida de prolongamento da escolaridade obrigatória para o 12º ano, que ocorreu em 2009, não se encontra reflectiva na avaliação (em 2007, a escolaridade obrigatória era o 9º ano)

Fonte: Global Competitiveness Report, Análise Capgemini

Não obstante estes constrangimentos, os empresários e gestores consultados consideram que Portugal possui problemas reais de competitividade em 6 dimensões

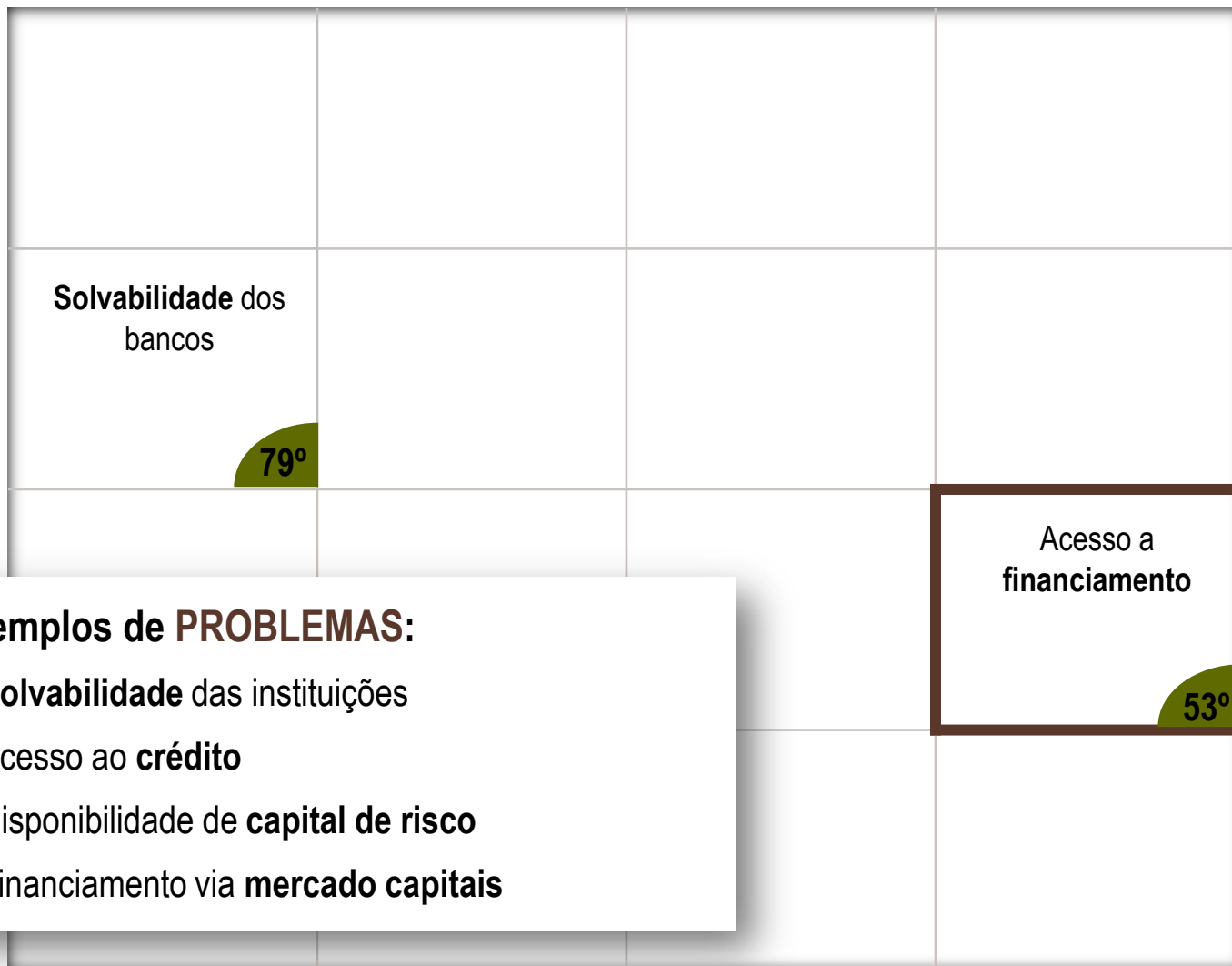
Problemas reais de competitividade de Portugal





Exemplos de PROBLEMAS:

- Qualidade do **sistema de ensino** no geral
- Qualidade do ensino da **matemática e ciências**
- Extensão e disponibilidade de **serviços de formação**



Exemplos de PROBLEMAS:

- Solvabilidade das instituições
- Acesso ao crédito
- Disponibilidade de capital de risco
- Financiamento via mercado capitais

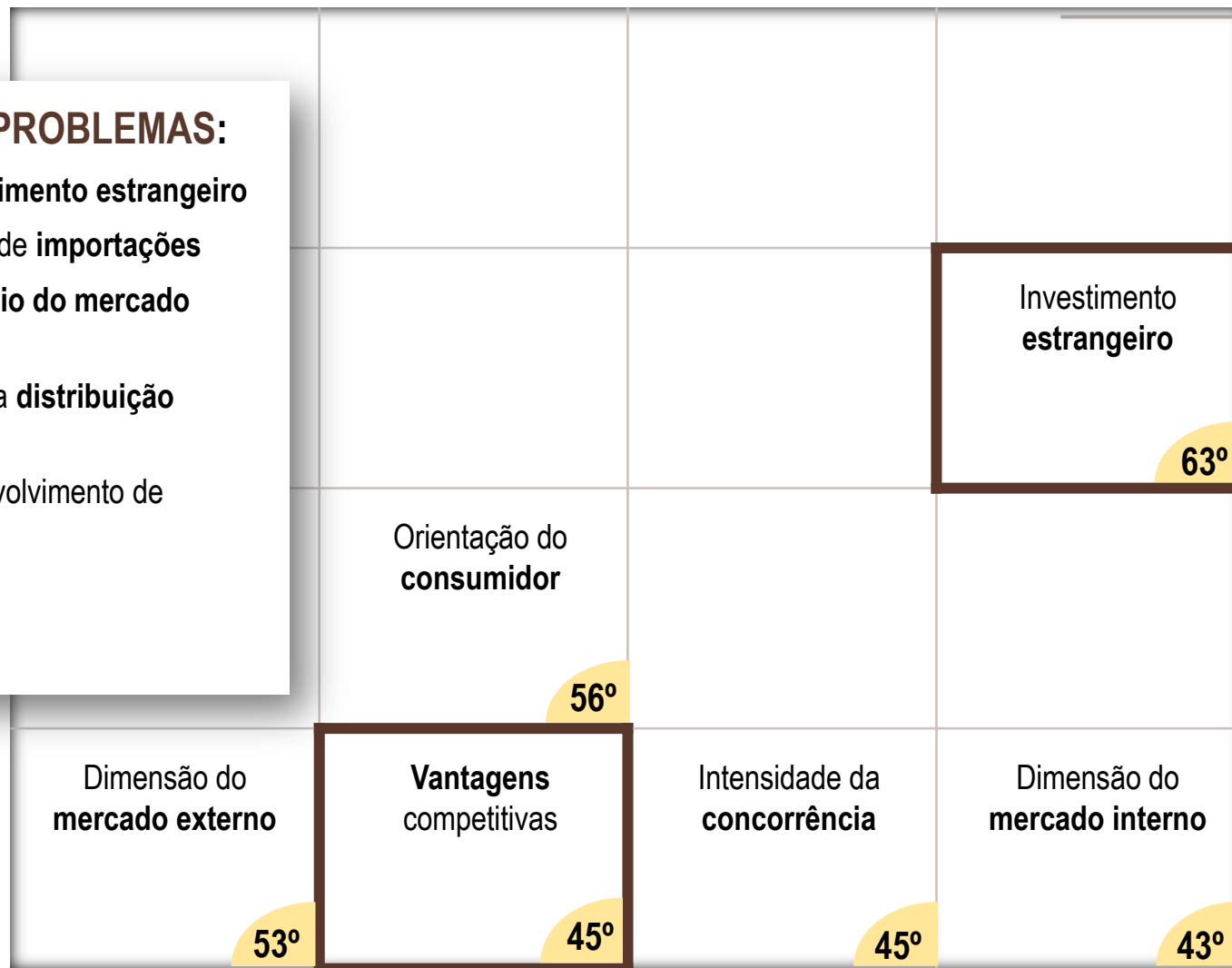
Problemas reais de competitividade de Portugal (3/6)

Competitividade no mercado

RECORDATÓRIO

Exemplos de PROBLEMAS:

- Reduzido investimento estrangeiro
- Elevado volume de importações
- Reduzido domínio do mercado interno
- Fraco controlo da distribuição internacional
- Reduzido desenvolvimento de *clusters*



Exemplos de PROBLEMAS:

- Ineficiência dos sistema legal
- **Desperdício** da despesa pública
- Reduzida **transparência** das políticas públicas
- **Favoritismo** nas decisões governamentais
- Falta de **regulação** dos serviços governamentais
- **Desvio** de fundos públicos

Gestão pública

86°

Corrupção e
transparência

54°

Carga fiscal		Ambiente macro-económico	
123°		96°	

Exemplos de PROBLEMAS:

- Saldo orçamental
- Dívida pública
- Reduzida taxa de poupança nacional
- Extensão da tributação e taxa de imposto total
- Elevado impacto da tributação nos negócios



	Legislação laboral		
		117°	

Exemplos de PROBLEMAS:

- Rigidez no **emprego**
- Reduzida liberdade na determinação dos **salários**
- Elevado custos do **despedimento**
- Elevados **encargos sociais** das empresas

A comparação entre as acções de mitigação dos problemas e a análise da respectiva exequibilidade revela existir reduzido conhecimento do meio empresarial das iniciativas em prol da competitividade já em implementação

Diferenças de percepção relativamente ao nível de implementação de iniciativas **NÃO EXAUSTIVO**

Gaps	Iniciativa	Justificação		Dimensões
		Empresários Implementar 	Governo Em curso 	
Grau de execução das iniciativas	Optimizar processos com vista à redução do tempo de decisão do Sistema Judicial em matéria laboral e de conflito empresarial, ou reencaminhamento para meios de resolução alternativa de litígios	O Governo tem vindo a tomar algumas medidas (ex.: criação do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios). Contudo, o recursos as estes meios não é obrigatório e somente aplicado a determinadas áreas da justiça		Gestão pública Ambiente macroeconómico Corrupção e transparência Ensino básico e secundário Ensino superior Carga fiscal Intensidade da concorrência Investimento estrangeiro Vantagens competitivas Acesso ao financiamento Dimensão do mercado externo Solvabilidade Legislação laboral
	Introduzir Programas de Ética nas escolas e na sociedade em geral	A Formação Cívica (onde o Governo considera que a Ética já é abordada) é uma disciplina sem estrutura - planificada pelo director de turma após ouvido o conselho de turma, tendo em conta o projecto educativo e curricular da escola e da turma		
	Concentrar num único portal a informação do Estado referente ao apoio às empresas	A informação que existe sobre incentivos é complexa e encontra-se espalhada por vários portais, exigindo esforço e tempo para compreensão às empresas (eventualmente até recurso a consultores)		
Obrigações do serviço público	Criar mecanismos (recompensas/ penalizações) que potenciem o cumprimento, anualmente e sem desvios , do Orçamento e as metas financeiras propostas	O Governo entende que esta é uma obrigação inerente aos cargos de serviço público, apesar da inexistência de mecanismos fomentadores do cumprimento		Gestão pública Ambiente macroeconómico Corrupção e transparência
	Criar um Código de Ética para a Administração Pública , assinado por todos os funcionários e colaboradores	OE 2011 prevê a criação de Códigos de Conduta e de Ética para os serviços públicos, vocacionados para a prevenção da corrupção e estabelecendo regimes sancionatórios para o seu incumprimento		

Adicionalmente, observa-se um desalinhamento na prioridade de algumas iniciativas entre empresários e Governo

Desalinhamento na aferição da prioridade das iniciativas (1/2)



NÃO EXAUSTIVO

Gaps	Iniciativa	Justificação		Dimensões
		Empresários Implementar 	Governo Outra prioridade 	
Implementação de medidas com prioridade distinta	Aumentar o mínimo exigível de capital social para constituição de uma empresa	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação, no âmbito das Iniciativas para a Competitividade e Emprego (Resolução do Conselho de Ministros, Pto 2, Alínea e), da redução, até ao final do 1.º trimestre de 2011, de condicionalismos excessivos actualmente existentes à criação de empresas, em matéria de capital social mínimo Governo considera que a manutenção dos mínimos exigíveis de capital social, ou a implementação de restrições adicionais, não impulsiona a actividade, empresarial, que se constitui como um factor de relevo para a competitividade nacional 		<p>Ambiente macroeconómico</p> <p>Ensino básico</p> <p>Ensino secundário</p> <p>Ensino superior</p> <p>Acesso ao financiamento</p> <p>Dimensão do mercado interno</p> <p>Infra-estruturas de transporte</p>
	Rever os critérios de avaliação dos alunos (no sentido de uma maior exigência) e reintroduzir conceitos de disciplina e respeito	<ul style="list-style-type: none"> As alterações ao Estatuto do Aluno, aprovadas em Setembro de 2010, promovem já a assiduidade, o mérito, a disciplina e a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, o cumprimento da escolaridade obrigatória, a sua formação cívica, o sucesso escolar e educativo e a efectiva aquisição de saberes e competências Governo considera contraproducente qualquer revisão do Estatuto do Aluno no curto prazo, devido à consequente instabilidade no sistema educativo 		

Adicionalmente, observa-se um desalinhamento entre algumas iniciativas que os empresários consideram prioritárias para o desenvolvimento da competitividade do país e as decisões estratégicas do Governo (cont.)

Desalinhamento na aferição da importância estratégica das iniciativas (2/2)



NÃO EXAUSTIVO

Gaps	Iniciativa	Justificação		Dimensões
		Empresários Implementar 	Governo Outra prioridade 	
Distanciamento face às linhas de orientação do Programa do Governo	Definir círculos uninominais e assegurar a possibilidade de candidaturas não partidárias , no que respeita à escolha de deputados	<ul style="list-style-type: none"> A alteração da actual dimensão dos círculos eleitorais e a introdução de círculos uninominais, em detrimento do princípio constitucional da proporcionalidade, assim como a redução do número de deputados, constaram das propostas do Governo nas anteriores legislaturas 		<p>Gestão pública</p> <p>Ambiente macroeconómico</p> <p>Corrupção e transparência</p> <p>Ensino básico</p> <p>Ensino secundário</p> <p>Ensino Superior</p> <p>Legislação laboral</p>
	Reduzir o número de deputados , aumentando a qualificação/ remuneração dos mesmos	<ul style="list-style-type: none"> Face aos resultados das negociações de 2008 para alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, este tema não foi incluído no Programa do Governo, não sendo conveniente retomá-lo de momento 		
	Criar programas intensivos pré-ensino superior , para reforço da formação dos alunos em matérias core	<ul style="list-style-type: none"> O Processo de Bolonha foi desenvolvido com o objectivo de uniformizar o sistema de ensino superior na Europa, promovendo o reconhecimento de qualquer grau de habilitação superior entre os estados-membros e a mobilidade dos alunos A criação de programas pré-ensino superior contraria o princípio subjacente ao Processo de Bolonha, ao instituir uma espécie de “ano 0” na licenciatura 		
	Descentralizar a gestão nos sectores da educação e da saúde , reservando para o Estado o papel de regulador e definidor de políticas	<ul style="list-style-type: none"> A actual linha de actuação do Governo não prevê a descentralização da educação e da saúde, por se considerar que essa descentralização constitui uma infracção ao princípio da igualdade de oportunidades 		

Por último, o Governo considerou, apesar da respectiva relevância, a impossibilidade de implementação de algumas medidas, em virtude do actual contexto económico-financeiro

Iniciativas a implementar noutra oportunidade

NÃO EXAUSTIVO

Iniciativa	Justificação		Dimensões
	Empresários Implementar 	Governo Implementar noutra oportunidade 	
Determinar o custo unitário de cada serviço prestado pela Administração Pública e apresentar em cada documento emitido esse custo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A inclusão do custo dos serviços públicos permitiria aos cidadãos fazerem uma comparação entre aquilo que pagam pelo serviço além dos impostos (ex.: taxas moderadoras, ...) e o seu custo real, actuando sobre a percepção dos cidadãos relativamente à gestão do dinheiro público ▪ Contudo, a aferição desses custos implica investimento por parte do Estado 		<p>Gestão pública</p> <p>Ambiente macroeconómico</p> <p>Corrupção e transparência</p> <p>Carga fiscal</p> <p>Solvabilidade</p>
Conceder incentivos fiscais às empresas em função da elevação do nível de escolaridade/ formação dos trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Medida considerada importante devido ao seu contributo para a qualificação da mão-de-obra nacional em sectores seleccionados e que contribui por esse motivo para a produtividade nacional, mas que implica gastos públicos adicionais que não podem agora ser comportados 		
Simplificar e fixar os princípios de uma política fiscal para um horizonte temporal alargado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A complexidade e volatilidade da política fiscal nacional constitui um entrave ao normal desenvolvimento económico ▪ Contudo, atendendo à situação económica do país, o Governo considera não serem sensatas mais alterações neste domínio 		
Injectar capital nas instituições financeiras (procura de Liquidity Provider)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Estado tem desempenhado um papel de injeção de liquidez nos bancos, sempre que necessário ▪ De momento, o Governo não pondera esforços adicionais injeção de liquidez, procurando desonerar as contas públicas do Estado português e, de forma indirecta, os contribuintes 		

Neste contexto, a Capgemini recomenda o desenvolvimento de i) Plano de Comunicação direccionado ao meio empresarial e ii) Estratégia de mitigação dos problemas metodológicos do GCR

Recomendações da Capgemini

1.

Plano de comunicação direccionado ao meio empresarial

OBJECTIVOS

- **Dar a conhecer aos empresários e gestores** as iniciativas governamentais para reforço da competitividade nacional
- **Fomentar a confiança e ligação** do meio empresarial nas Instituições
- **Promover, interna e externamente, a visão estratégica** do Governo para a Economia Portuguesa

FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO

- Estruturar o plano de comunicação **em função da audiência alvo**
- Promover o **envolvimento e a articulação dos diferentes ministérios**, em virtude da abrangência das iniciativas
- Não ignorar as **repercussões da comunicação junto da sociedade civil**, em geral

2.

Estratégia de mitigação dos problemas metodológicos do GCR

OBJECTIVOS

- **Mitigar o impacto dos factores de enviesamento** detectados na avaliação de Portugal
- **Alertar a comunidade empresarial** para a existência de factores de enviesamento (ex.: avaliação comparativa com países menos desenvolvidos em indicadores específicos)

FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO

- **Incluir o WEF e entidades co-promotoras** do GCR em Portugal na estratégia
- **Propor ao WEF alterações concretas** ao GCR (ex.: qualificação da escala numérica, ...)

Proposta de acções para mitigação dos problemas metodológicos do GCR

1. Reformulação de perguntas seleccionadas e conceitos

Proposta ao WEF de clarificação de questões ambíguas com mais do que uma interpretação possível (ex.: qualidade das infra-estruturas portuárias) e conceitos facilmente confundíveis (ex.: crime e violência vs. crime organizado)

2. Alteração dos meios de recolha de informação

Proposta ao WEF de meios alternativos (ex.: estudos sectoriais) para recolha de informação sectorial ou especializada (ex.: custo das políticas agrícolas), actualmente recolhida via inquérito de opinião

3. Explicitação das escalas utilizadas no GCR

Introdução de exemplos por pergunta para clarificação das escalas (ex.: percentagem da actividade económica não declarada: 1-A maior parte não é; 7-A maior parte é), a consultar pelo respondente em caso de necessidade

4. Validação dos dados quantitativos

Estabelecimento com o WEF e co-promotores do GCR em Portugal de mecanismos que garantam a actualidade dos dados quantitativos (ex.: inscrições no ensino básico)

5. Calibração do grau de exigência/ pessimismo dos vários países

Proposta ao WEF de soluções para eliminar o impacto de factores culturais e calibrar os resultados dos diferentes países

Índice

- A. Aspectos metodológicos do projecto +Competitividade
- B. Síntese das principais conclusões

Anexo: Iniciativas em implementação e respectivo ponto de situação

Iniciativa 1

Colocar em prática e potenciar o **Simplegis**

Quick-wins

Simplificar e melhorar a aplicação e execução do ordenamento jurídico nacional, tornando-o mais claro, permitindo às pessoas e empresas ter mais certeza, segurança e clareza nas regras que lhes são aplicáveis.

+ Benefícios

- Aumento da **transparência do ordenamento jurídico**, permitindo às pessoas e empresas conhecer com mais facilidade as regras que aplicáveis às suas vidas e às suas actividades.
- **Redução de custos** para pessoas e empresas
- Melhoria na **aplicação das leis**, produzindo os efeitos para que foram concebidas
- Reforço da **credibilidade internacional**, pelo cumprimento obrigações comunitárias

Áreas de incidência

- Gestão pública

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Revogar **diplomas já não aplicados**, mas nunca revogados expressamente 
- **Revogar mais legislação** do que aquela que venha a ser aprovada 
- Não efectuar **declarações de rectificação** de decretos-lei e decretos regulamentares em 95% dos casos 
- Garantir um **atraso Zero na transposição** de directivas da União europeia 
- Elaboradas **versões consolidadas dos diplomas** que permitam dar a conhecer a versão em vigor a cada momento 
- Criação de **10 «manuais de instruções»** de decretos-lei e decretos regulamentares 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



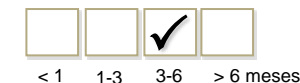
- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Simplificar os procedimentos e reduzir os custos administrativos das empresas, não colocando em causa os princípios e normas de ordenamento do território, protecção patrimonial, higiene e segurança no trabalho, etc.

+ Benefícios

- Redução dos **encargos administrativos** das empresas associados a operações de licenciamento
- Dinamização da **actividade económica e empresarial**
- Incentivo ao **investimento directo estrangeiro**
- Melhoria na **comunicação e partilha de informação** entre os serviços estatais

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Gestão pública

Responsáveis




Principais actividades em curso e status de implementação

- Lançar o **Programa «Licenciamento Zero»**, destinado a reduzir encargos administrativos sobre as empresas através da eliminação de licenças e de outros condicionamentos prévios para quem pretende abrir e explorar um negócio, substituindo-os por um reforço da fiscalização e por mecanismos de responsabilização dos promotores (ICE)

- Implementar o **SIRAPA - Sistema de Registo** da Agência Portuguesa do Ambiente permite o preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), Mapas de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU) e Guias electrónicas de Acompanhamento de Resíduos (eGAR),


- Introduzir a **Simplificação Procedimental em sede de Avaliação de Impacte Ambiental**, nomeadamente no que se refere à aprovação do Regulamento das Comissões de Avaliação

Impacto na competitividade real de Portugal




- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



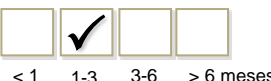
- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 3

Reestruturar o sistema judicial, adaptando-o à realidade actual, tornando-o mais eficiente e eficaz, e reforçando o papel dos operadores judiciários

Estruturais

Criar serviços judiciais inovadores que ajudem a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos criando, ao mesmo tempo, um melhor ambiente para as empresas.

+ Benefícios

- **Desoneração dos cidadãos e empresas** de imposições burocráticas que nada acrescentam à qualidade do serviço judicial
- Criação de uma **economia mais competitiva em Portugal**, capaz de atrair maior investimento






Áreas de incidência

- Gestão pública
- Corrupção e transparência
- Direitos de propriedade

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- **Extinguir, fundir e reestruturar** os serviços e organismos judiciais, com redução de 25% dos cargos dirigentes 
- **Transferir funcionários** das carreiras administrativa, auxiliar e operária do MJ para o regime de mobilidade especial do pessoal da Administração Pública 
- Simplificar **serviços judiciais direccionados às empresas**, nomeadamente por recurso a ambiente internet:
 - ✓ Registos online 
 - ✓ Injunções electrónicas
 - ✓ Empresa e marca na hora
 - ✓ Fusões e cisões, etc.
- Simplificar **procedimentos judiciais relativos ao cidadão**:
 - ✓ Casamento 
 - ✓ Divórcio com partilhas
 - ✓ Sucessões e heranças
 - ✓ Casa pronta, etc...
- Introdução do **Mapa Judiciário** 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 4

Optimizar processos com vista à **redução do tempo de decisão do Sistema Judicial**, em matéria laboral e de conflito empresarial, ou reencaminhamento para meios de resolução alternativa de litígios

Oportunísticas

Reduzir os custos de contexto para as empresas decorrentes de processos de conflito empresarial ou temáticas laborais.

+ Benefícios

- **Redução dos custos de contexto** para as empresas, via optimização dos mecanismos da justiça
- **Libertação dos tribunais** para outro género de matérias, via recurso à intermediação
- Maior **garantia de justiça em tempo útil** para as partes envolvidas



Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Introduzir a nova **Lei da Arbitragem Voluntária** (encontra-se em apreciação no Parlamento) 
- Introduzir o **RPCE - Regime Processual Civil Experimental** com os objectivos de promover a simplificação e flexibilidade do processo, fomentar a colaboração entre as partes e destas com o tribunal e promover a celeridade processual (Decreto-Lei n.º 108/2006, de 8 de Junho) 

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Proceder a uma análise mais eficaz da despesa pública, através da fixação de objectivos de longo prazo que permitam uma gestão mais eficiente das contas públicas e a sustentabilidade da consolidação orçamental.

+ Benefícios

- Compromisso de **sustentabilidade das contas públicas**
- Maior **transparência e previsibilidade** das contas públicas

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Alterar o **processo que conduz à elaboração e aprovação do Orçamento do Estado**, com enfoque na elaboração de orçamento plurianual, na introdução de regras orçamentais (sobre o saldo orçamental e sobre a despesa pública) e na criação do Conselho das Finanças Públicas (Proposta de Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pelo Conselho de Ministros a 2 de Dezembro de 2010)

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Tornar a Administração Pública mais eficiente através da identificação de constrangimentos existentes na sua estrutura e conseqüentes alterações em conformidade.

+ Benefícios

- Simplificação da estrutura da Administração Pública
- Maior eficiência da Administração Pública

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- **Coordenar acções entre SEAL e ANMP** para reestruturação da Administração Pública (não incluindo a extinção dos Governos Cívicos) ●
- Racionalizar e reorganizar a Administração Pública e Sector Empresarial do Estado, nomeadamente através da **fusão/ extinção de organismos** (OE2011) ◐
- Reduzir significativamente o **número de cargos dirigentes**, tanto de nível superior, como de nível intermédio (OE2011) ●
- Suprimir **991 cargos dirigentes superiores, intermédios e equiparados**, correspondendo a 15% do universo global (PEC IV) ◐

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 7

Difundir pelos vários organismos públicos um conjunto de **melhores práticas para a racionalização da utilização dos recursos** sob gestão e estabelecer metas anuais para a redução de custos

Quick-wins

Divulgar, no seio da Administração Pública, boas práticas na utilização e gestão de recursos financeiros, humanos e materiais, e promover técnicas e estratégias que permitam a redução dos custos de estrutura no Sector Público e dos custos de contexto para as empresas e cidadãos.

+ Benefícios

- **Consciencialização dos gestores** e funcionários públicos para a importância da optimização dos recursos
- Introdução de uma **política de redução progressiva do desperdício**
- Redução dos **custos de estrutura** no Sector Público
- Redução dos **custos de contexto das empresas e dos cidadãos** pela melhoria do serviço prestado




Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Realizar **estudos através de benchmarkings regulares** nas várias áreas do sector público (ex.: Saúde, Educação,...) 
- **Desmaterializar e simplificar procedimentos** pela Administração Local no contacto com pessoas e empresas (Programa Simplex Autárquico) 
- **Aumentar a eficiência energética** na Administração Pública, nomeadamente pela aquisição centralizada de energia e regulamentação da contratação de empresas prestadoras de serviços de eficiência energética (OE2011) 

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Divulgar, entre o tecido empresarial e a comunidade em geral, os esforços promovidos pela Administração Pública para a racionalização dos recursos e os resultados alcançados.


+ Benefícios

- Fomento da **concorrência saudável** entre os vários organismos públicos/ ministérios para a racionalização dos recursos
- **Melhoria da opinião** da comunidade em geral sobre a eficiência na Administração Pública e sobre a gestão pública, em geral
- Introdução de uma **política de redução progressiva do desperdício**

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Principais actividades em curso e status de implementação

- Criar a **Lei de Enquadramento Orçamental**, com o orçamento por programas (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto)

Impacto na competitividade real de Portugal

Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal

Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação

Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Melhorar o modelo de prestação de serviços ao cidadão e empresas, externalizando serviços de suporte, com reduzido valor acrescentado, alcançando economias de escalas e reduzindo os custos administrativos dos serviços públicos.


+ Benefícios

- Melhoria da **qualidade e comodidade dos serviços** públicos
- Aumento da **eficiência** dos serviços prestados
- Redução de **custos e modernização** do Estado
- Maior **transparência** do aparelho do Estado

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico


Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação


- Criar um **sistema de acompanhamento e controlo** de projectos de investimento de iniciativa pública, incluindo parcerias e concessões, que permita uma linha de actuação norteada para o desenvolvimento de projectos técnica e financeiramente sustentáveis e orçamentalmente enquadrados, assentes numa adequada **ponderação de custos e benefícios** e vocacionados para **potenciar uma gestão transparente e eficaz**, susceptível de otimizar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a boa utilização dos recursos públicos

Impacto na competitividade real de Portugal




- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 10

Melhorar o modelo de recrutamento para a Administração Pública e exigir habilitações específicas para acesso a cargos de gestão/ direcção

Alto impacto

Garantir o recrutamento de pessoal cada vez mais qualificado para a Administração Pública, em linha com as novas exigências da actividade e envolvente económica.

+ Benefícios

- **Maior rigor na aquisição e actualização** das competências profissionais, gerais e específicas, na Administração Pública
- **Simplificação e maior transparência** nos processos de recrutamento e reafecção dos recursos humanos da Administração Pública
- **Credibilização** das funções e competências públicas junto dos cidadãos
- **Maior eficácia, eficiência e produtividade** na Administração Pública

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Constituição da **Bolsa de Emprego Público (BEP)**, instrumento de ligação entre a oferta e procura de emprego público, independentemente do tipo de relação jurídica, utilizando o espaço web
- Definir os **métodos de selecção** a utilizar obrigatoriamente (Lei n.º 12-A/2008 de 27/02):
 - a) Provas de conhecimentos, destinadas a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função;
 - b) Avaliação psicológica destinada a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das restantes competências exigíveis ao exercício da função.
- Definir **métodos de selecção** a utilizar adicionalmente (Lei n.º 12-A/2008 de 27/02):
 - a) Avaliação curricular;
 - b) Entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Em actualização permanente

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Criar mecanismos que envolvam o fomento da motivação para melhorar o desempenho na realização das tarefas a serem desempenhadas pelos colaboradores da função pública.

+ Benefícios

- Maior produtividade dos trabalhadores da função pública
- Melhoria na qualidade do serviço prestado
- Execução mais rápida das tarefas
- Maior organização dos serviços públicos

Áreas de incidência

- Gestão Pública

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Adaptar o **Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP)** ao desempenho dos serviços públicos, dos respectivos dirigentes e demais trabalhadores (Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro)

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 12

Criar um **Código de Ética** para a Administração Pública, assinado por todos os funcionários e colaboradores

Alto impacto

Elaborar um código actualizado de conduta do funcionário público e divulgá-lo enquanto factor determinante para a confiança dos utentes na Administração Pública.

+ Benefícios

- Reforço da **confiança dos cidadãos e empresas** na Administração Pública
- Enfoque numa **mudança cultural** no seio da Administração Pública, com maior *empowerment* e responsabilização de cada funcionário
- **Motivação dos funcionários** públicos e respectiva credibilização entre a sociedade em geral

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Corrupção e transparência

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Aplicar os **Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas**
- Complementar os Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas com **Códigos de Conduta e de Ética** nos serviços públicos, particularmente vocacionados para a prevenção da corrupção e que estabelecerão regimes sancionatórios para o seu incumprimento (OE2011)

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Reduzir o rácio entre o número de funcionários públicos e cidadãos, e a despesa de funcionamento do Estado, não sacrificando a qualidade do serviço público prestado.

+ Benefícios

- Redução da **despesa de funcionamento** do Estado
- **Credibilização** das funções e competências públicas junto dos cidadãos
- **Maior eficácia, eficiência e produtividade** na Administração Pública






Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico


Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação


- Reduzir o **número de funcionários públicos**, entre 2005 e 2009, em 75 mil trabalhadores 
- Implementar a regra **“dois por um” nas contratações públicas** - contratação de um novo trabalhador em funções públicas por cada dois que saiam do serviço ou organismo em causa 
- **Congelar as admissões** à Função Pública (Despacho do Ministro das Finanças nº15248-A/2010 de Outubro de 2010) 
- Condicionar o recrutamento de novos funcionários públicos do **esgotamento de hipóteses de reafecção e requalificação** dos recursos humanos já existentes 
- Fomentar o **regime de mobilidade dos funcionários públicos** 

Impacto na competitividade real de Portugal




- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 14

Rever as **Parcerias Público-Privadas (PPP)**, extinguir as que se revelam penalizadoras para o Estado e definir regras concretas para parcerias futuras

Alto impacto

Extrair benefícios reais (económicos, serviço prestado, eficiência, ...) das PPP.

+ Benefícios

- Maior eficiência e rigor na **partilha de riscos e transferência de responsabilidades**
- Maior eficiência na **gestão dos fundos públicos**
- **Custos globais dos projectos inferiores** aos prestados pelas entidades públicas
- Fomento de **soluções mais inovadoras** e de ganhos de eficiência




Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- **Acautelar o interesse público**, designadamente no que concerne à eficácia da partilha de riscos e dos benefícios alcançados, no quadro do regime de contratação pública baseado em PPP (D.L. n.º 141/2006) 
- Melhorar os **procedimentos de avaliação das propostas de PPP** e aumentar a respectiva transparência (Código dos Contratos Públicos) 
- **Rever propostas** de PPP (ex.: novo aeroporto de Lisboa) (OE2011) 
- **Congelar novas PPP**, com excepção do Hospital de Todos os Santos e do TGV (OE 2011) 
- **Avaliar as opções de PPP** em relação a opções de contratação pública alternativas, com base em princípios de *value for money* do projecto 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Vender, total ou parcialmente, empresas estatais produtoras de bens e/ou de serviços, em sectores onde não se justifica a intervenção do Estado e onde a livre concorrência pode contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

+ Benefícios

- **Aumento da produtividade** na actividade privatizada, contribuindo para o aumento das receitas do país e o bem-estar da população
- **Diminuição do sector público**, permitindo ao Governo focar naquilo que não pode/ deve ser privatizado
- **Aumento da capacidade de investimento** nas actividades privatizadas




Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- **Alienar integralmente a participação do Estado** no BPN, INAPA, Edisoft, EID, Empordef TI, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE e Hidroeléctrica de Cahora Bassa (PEC 2010-2013) 
- **Alienar parcialmente a participação do Estado** na Galp, EDP, REN, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, CP Carga, TAP, CTT, ANA, Caixa Seguros e EMEF (PEC 2010-2013) 
- **Concessionar as linhas de transporte ferroviário** de passageiros integradas nas unidades de negócio CP Lisboa e CP Porto(PEC 2010-2013) 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Criar condições que permitam o pagamento atempado de ambas as partes, através do encontro entre as suas responsabilidades financeiras, permitindo a normal prossecução da actividade económica.

+ Benefícios

- Pagamento atempado das dívidas de cada entidade
- Gestão mais eficaz das responsabilidades financeiras
- Permite efectuar a compensação de créditos

Áreas de incidência

- Ambiente Macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Promover a **criação de uma conta corrente** entre o Estado e as empresas, que inclua todos os impostos e contribuições para a segurança social, indicando os créditos sobre o Estado, designadamente as devoluções do IVA, devendo a referida conta ser movimentada no final de cada mês pelo saldo entre os créditos e débitos fiscais da empresa (Resolução da Assembleia da República n.º 110/ 2009)

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 17

Incentivar o **cumprimento dos prazos de pagamento** acordados entre clientes e fornecedores, nomeadamente por parte do Estado

Alto impacto

Desenvolver mecanismos de incentivo ao cumprimento dos prazos de pagamento legalmente estabelecidos.

+ Benefícios

- Melhoria do ambiente de negócios, pela redução dos **custos de financiamento e de transacção**
- Introdução de **maior transparência** na fixação de preços
- Desenvolvimento de condições para uma concorrência mais sã, pela regulação do **funcionamento do mercado interno** e ...
- ... expansão do **comércio intracomunitário**

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Estabelecer a **obrigatoriedade de pagamento de juros de mora** pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária (Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril)



Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Criar uma nova agência de avaliação das contas públicas, com um estatuto independente do poder político.

+ Benefícios

- Maior controlo e transparência das **contas e despesa pública**
- Incentivo à **confiança dos cidadãos e das instituições** internacionais

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Constituir um **Conselho de Finanças Públicas**, com competência para se pronunciar sobre os principais objectivos do Orçamento de Estado, incluindo o cenário macroeconómico, o saldo orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas (Lei de Enquadramento Orçamental)



Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



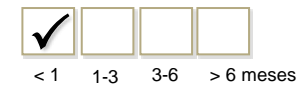
- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 19

Publicar no portal dos vários organismos públicos **informação standardizada e actualizada periodicamente** sobre os respectivos objectivos, funções, produtividade e cumprimento orçamental

Quick-wins

Tornar mais transparente e mensurável a actividade dos vários organismos públicos, com base em informação periodicamente actualizada.

+ Benefícios

- Aumento da **transparência** sobre a actividade pública
- **Credibilização dos gestores e actividade pública**, na óptica do cidadão
- **Consciencialização dos gestores e funcionários** públicos da real actividade e produtividade dos seus serviços
- Promoção da **comparação entre instituições** públicas

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Corrupção e transparência

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Divulgar no site do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) a **avaliação de desempenho de cada serviço público**, evidenciando os objectivos, indicadores de desempenho e a avaliação final de cada serviço



Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 20

Criar mecanismos (recompensas/ penalizações) que potenciem o **cumprimento, anualmente e sem desvios**, do Orçamento e as metas financeiras propostas

Quick-wins

Desenvolver mecanismos de recompensas/ penalizações que fomentem o bom cumprimento das contas públicas contribuindo assim para o equilíbrio do ambiente macroeconómico.

+ Benefícios

- Estabilidade económica e política
- Facilidade de acesso ao crédito
- Credibilidade nacional

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Desenvolver um grupo de trabalho para **monitorização da despesa pública**

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Minimizar, ou mesmo eliminar, os efeitos negativos que a fraude e a economia paralela têm no desenvolvimento económico do país, através do reforço dos meios e mecanismos de controlo.

+ Benefícios

- Reforço da **confiança dos agentes económicos**
- Redução da **percentagem da economia paralela** relativamente ao PIB
- Aumento da **competitividade da economia** portuguesa
- Dinamização da **competitividade e inovação** empresarial








Áreas de incidência

- Gestão pública
- Corrupção e transparência

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Implementar página no site da PGR **para a denúncia de actos de corrupção e fraudes** 
- Adoptar novas **medidas de cruzamento de dados** entre os sistemas informáticos das entidades públicas e das empresas, para assegurar um grau mais elevado de correspondência entre a actividade das empresas e as declarações legalmente exigidas (ICE) 
- Valorizar a **facturação**, através da i) criação de um método que promova a certificação dos vários sistemas de facturação, e da ii) adopção da factura obrigatória em todos os sectores de actividade, entre empresas e junto dos consumidores finais (ICE) 
- Reforçar os **circuitos das importações**, combatendo a fraude fiscal e obrigando ao respeito pelas normas (ICE) 
- Reforçar a fiscalização das **cadeias de subcontratação, de facturação e de externalização** de serviços (ICE) 
- Reforçar o **controlo da entrada no território nacional** de produtos equivalentes aos produzidos internamente, mas cujo processo produtivo não tenha sido sujeito ao mesmo tipo de condições (ICE) 
- Controlar **novos contribuintes e de contribuintes com irregularidades** em sectores de risco, **contribuintes não declarantes** com manifestações de actividade, **contribuintes com divergências em rendimentos** pagos por terceiros e no cruzamento dos Anexos O e P da IES 

Impacto na competitividade real de Portugal

Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal

Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação

Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

< 1 1-3 3-6 > 6 meses

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 22

Tornar mais eficiente a justiça tributária (celeridade, prestação de garantias sobre certas condições, ...), via reestruturação do sistema em vigor

Oportunísticas

Deixar prevalecer os princípios de justiça, simplicidade e neutralidade na tributação, reduzindo os custos de contexto para as empresas decorrentes da justiça tributária.

+ Benefícios

- Aumento da **transparência do sistema** fiscal
- **Aumento das receitas fiscais** pelo combate mais eficiente à fraude e economia paralela
- **Redução dos custos de contexto** para as empresas, via optimização dos mecanismos da justiça
- Maior **garantia de justiça em tempo útil** para as partes envolvidas

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Carga fiscal

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Aprovar o **Regime de arbitragem**
- **Regulamentar** o Regime de Arbitragem por parte do CAAD

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Assegurar serviços de controlo e auditoria financeira e processual na Administração Pública mais rigorosos, via reforço das competências.

+ Benefícios

- Melhoria da **qualidade** na prestação dos serviços públicos
- **Orientação** para os clientes
- **Maior autonomia e responsabilidade** dos gestores público
- Ênfase nos **resultados**
- Maior **transparência da informação**

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico
- Corrupção e transparência

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Reforçar a actividade do **Sistema Nacional de Controlo Interno (SCI)**, que compreende os domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da administração pública (D.L. n.º 166/98, de 25/06)
- Reorientar os serviços de fiscalização e auditoria interna da Administração Pública para a promoção da **concorrência leal na contratação pública e do controlo das instituições apoiadas** com fundos públicos (ICE)
- Determinar a **elaboração e adopção de códigos de conduta e de ética** no âmbito do desempenho de funções públicas e da prestação de serviço público, definindo os termos e condições para a sua concretização, acompanhamento, controlo e eficácia, de acordo com a legislação em vigor e com as recomendações do Grupo de Estudos Contra a Corrupção (GRECO)
- Criar e enquadrar o **funcionamento do Gabinete de Recuperação de Activos de organizações criminosas**

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Garantir a estabilidade do sistema financeiro, através da realização de testes de stress que permitam aferir a situação de cada instituição financeira.

+ Benefícios

- Maior **credibilidade** do sistema financeiro português
- Incentivo à **boa execução dos negócios**
- **Desincentivar riscos** que ponham em causa a sobrevivência da instituição financeira
- **Reforçar a confiança** no sistema financeiro

Áreas de incidência

- Solvabilidade

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Realizar **3 testes de stress anuais** aos bancos nacionais, **2 análises de sensibilidade e 1 reverse stress test** (Boletim Oficial de Março, Instrução nº 4/2011)



Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Contribuir para a estabilidade dos sistema financeiro português, através do controlo de actividades potencialmente lesivas e que poderão por em causa a estabilidade das instituições financeiras.

+ Benefícios

- Maior credibilidade do sistema financeiro português
- Maior controlo de acções de risco que possam por em causa a estabilidade da instituição financeira

Áreas de incidência

- Solvabilidade

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Criar áreas de **Supervisão Prudencial, Supervisão Comportamental e Averiguação e Acção Sancionatória** (repartição das competências do ex-Departamento de Supervisão Bancária) para aumentar a eficácia e eficiência das instâncias de supervisão do Banco de Portugal face às novas condições do exercício da actividade financeira. ●
- Transpor para a legislação portuguesa as **directivas europeias que visam reforçar a estabilidade** do sistema financeiro, reforçando os poderes supervisão do Banco de Portugal (Decreto-Lei nº 140-A/2010 de 30 de Dezembro) ◐

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Aperfeiçoar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, social e ambiental nas áreas da agricultura, da silvicultura, da produção agro-alimentar e agro-florestal, do desenvolvimento rural e das pescas e à qualificação, valorização e desenvolvimento dos territórios rurais.


+ Benefícios

- Desenvolvimento da produção agrícola numa **lógica de proximidade**
- Aumento do grau de **auto-suficiência nacional**
- Promoção dos **produtos agrícolas de origem nacional**
- **Dinamização do sector** primário, via modernização

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Intensidade da concorrência
- Vantagens competitivas

Responsáveis



Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Principais actividades em curso e status de implementação

- Definir, no **Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural para 2007-2013**, as principais linhas de desenvolvimento da agricultura nacional 
- Elaborar **planos estratégicos de desenvolvimento agrícola** de carácter distrital 
- Estender as **redes da cooperação LEADER** no âmbito da agricultura 
- Incentivar modelos, nomeadamente associativos, de **escoamento da oferta nacional**, em especial no sector agrícola (ICE) 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Desenvolver a rede de transporte ferroviário nacional, acelerando o prosseguimento normal das actividades do sector empresarial e contribuindo para um desenvolvimento económico mais rápido e eficiente.

+ Benefícios

- **Distribuição** mais rápida dos produtos nacionais
- **Redução** dos custos de transporte de pessoas e mercadorias
- Dinamização da **economia portuguesa**

Áreas de incidência

- Infra-estruturas de transporte

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Concluir o **Plano Director da Rede Ferroviária Nacional**, definindo um quadro de referência para as infra-estruturas e um nível de serviço mínimo
- Desenvolver os **Planos de Migração para a Sinalização e Telecomunicações e para as Bitolas**
- Viabilizar a exploração eficiente e económico-financeiramente sustentável das **linhas da rede secundária de baixa procura** (Tâmega, Corgo, Tua e Vouga), nomeadamente via parcerias com Autarquias ou outras Entidades Públicas e Privadas
- Melhorar o **Sistema de Mobilidade do Algarve**
- Concluir o **Plano Estratégico da Linha do Oeste**, incluindo a futura estação de AV de Leiria
- Desenvolver estudos sobre a aplicabilidade de modelos de PPP a **investimentos na Rede Ferroviária Convencional**, nomeadamente em linhas novas

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Identificar as áreas onde Portugal possui vantagens competitivas e os desafios que se colocam ao respectivo desenvolvimento, e fomentar a aglomeração de competências, explorando vantagens de interligação e articulação em rede.

+ Benefícios

- **Aproximação de empresas** nas indústrias orientadas para a procura
- **Estímulo à inovação**, promovendo a capacidade das empresas para competirem
- Promoção da **cooperação entre entidades**
- Fomento da capacidade de **atração de investimento** directo estrangeiro
- Redução de custos de transacção e fomento da **complementaridade no uso dos recursos**







Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Investimento estrangeiro
- Vantagens competitivas

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Identificar ou caracterizar os **clusters ou sectores com potencial de crescimento** 
- Promover a **cooperação inter-empresarial e entre as empresas e as entidades** dos Sistemas Científico, Tecnológico e de Formação 
- **Apoiar diferenciadamente os projectos** alinhados com as Estratégias/ Programas de Acção dos Clusters reconhecidos 
- Promover a **cooperação institucional** a favor de estratégias integradas de apoio às Estratégias/ Programas de Acção dos Clusters reconhecidos 
- Avaliar a **política de clusters** (em curso) 
- Avaliar individualmente o **potencial de cada Pólo** de Competitividade (ao longo de 2012) 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Fomentar redes de contacto direccionadas ao estabelecimento de acordos de cooperação de cooperação económica vantajosos para economia portuguesa e fomentar a partilha de experiências entre os vários intervenientes de modo a favorecer a actividade económica.

+ Benefícios

- Afirmar Portugal como **pólo de atracção de investimento qualificado**
- **Promoção de Portugal**, das empresas e competências nacionais
- Contribuição para o **crescimento económico**
- Fomento do **intercâmbio de ideias e produtos**
- Afirmação de **estratégias conjuntas**







Áreas de incidência

- Dimensão do mercado interno e externo

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Envolver altos dignitários Governo no desenvolvimento de **acordos de cooperação económica e energética** 
- Estender as **redes da cooperação LEADER** no âmbito da agricultura 
- Desenvolver **campanhas de promoção** da imagem de Portugal 
- Fomentar a **integração de empresas e entidades do SCT** em redes de cooperação internacional 
- Aumentar o número de países com **convenções para evitar a dupla tributação**, bem como assegurar junto dos mesmos a utilização de regras definidas nesses acordos (ICE) 
- Implementar uma **política de vistos de entrada** junto dos países mais relevantes para a actividade exportadora nacional, com vista a facilitar e simplificar a actividade das empresas exportadoras 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 30

Promover o **funcionamento em rede das várias instituições do Ensino Superior** de reduzida dimensão numa lógica de complementaridade

Oportunísticas

Consolidar o sistema de ensino superior em Portugal, apostando numa maior regulação, racionalidade e qualidade.

+ Benefícios

- Maior **regulação do ensino superior**
- Enfoque na **racionalidade e qualidade** do ensino superior nacional
- **Concentração de recursos** na qualificação e na actividade científica e tecnológica
- **Cooperação** inter-institucional
- Maior correspondência do ensino superior às **necessidades e interesses do país**

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico
- Ensino superior

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 31

Criar condições de **ligação entre instituições de I&D e as empresas** através de incentivos e com métricas definidas




Alto impacto

Proporcionar determinadas condições que permitam a cooperação entre as empresas e as instituições de I&D em prol da inovação e da competitividade.

+ Benefícios

- Maior **inovação nas empresas** portuguesas
- **Processos produtivos mais eficientes**
- Maior **competitividade das empresas** portuguesas

Principais actividades em curso e status de implementação

- Promover a exportação através de **projectos em cooperação entre empresas e entidades** de suporte 
- Incentivar os **vales de I&Di** 
- Potenciar **projectos mobilizadores**, em torno de fileiras/ produtos de elevado valor acrescentado e com forte conteúdo inovador 

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Ensino superior
- Preparação tecnológica
- Inovação

Responsáveis



Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Negociações em curso

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 32

Incentivar o **investimento estrangeiro**, reforçando os critérios de selectividade e elegibilidade (criação de emprego, transferência de tecnologia, ...)

Alto impacto

Reforçar os mecanismos de captação de investimento estruturante, reforçando os de critérios de selectividade e elegibilidade para fomento de um ambiente de negócios competitivo que contribua para a globalização da economia portuguesa.

+ Benefícios

- **Dinamização da actividade económica** e mercados locais
- Contribuição para o **PIB nacional**
- Transferência de **conhecimento e tecnologia**
- Incentivo à **inovação**
- Fomento da **criação de emprego** de longo prazo

Áreas de incidência

- Investimento estrangeiro

Responsáveis

meid Ministério da Economia,
da Inovação e do Desenvolvimento



Principais actividades em curso e status de implementação

- Reforçar o **quadro de apoios e os instrumentos relevantes** para captação de investimento estrangeiro:

- a) PIN e PIN +
- b) QREN
- c) Regime Contratual
- d) Incentivos Fiscais

- Negociar a concessão de incentivos com o potencial investidor, no formato mais adequado à **compatibilização do interesse nacional com o interesse do potencial investidor**

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 33

Lançar **concursos para criação de ideias que estimulem a competitividade** portuguesa no estrangeiro e a nossa capacidade de atrair investimento

Quick-wins

Acelerar a inovação e o empreendedorismo na economia nacional, através da detecção atempada e do aproveitamento económico de oportunidades.

+ Benefícios

- Fomento do **crecimento económico acelerado e qualificado** de Portugal
- **Rejuvenescimento** da estrutura empresarial
- Fomento do **empreendedorismo**

Áreas de incidência

- Vantagens competitivas

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Financiar “**concursos de ideias de negócio**” (ex.: SpinUM, financiando pelo QREN e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional)
- Realizar o ‘**Empreenda’09**’ – Feira de ideias e financiamentos, a cargo do IAPMEI
- Configurar a nova **Iniciativa do IAPMEI para o Empreendedorismo** (2009-2013)
- Realizar por intermédio de **escolas de gestão**
- Desenvolver uma **iniciativa articulada no domínio do empreendedorismo**, envolvendo apoios directos às empresas nascentes e à envolvente empresarial (incubadoras, parques de C&T, etc.)

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 34

Estimular a concorrência, sobretudo nos sectores de bens não transaccionáveis, pouco sujeitos à concorrência internacional

Alto impacto

Fomentar o funcionamento eficiente dos mercados a repartição eficaz dos recursos e os interesses dos consumidores.

+ Benefícios

- **Funcionamento mais eficiente** dos mercados
- Elevado nível de **progresso técnico**
- Maiores **benefícios para os consumidores**
- Aumento da **rentabilidade do sector dos bens transaccionáveis**

Áreas de incidência

- Dimensão do mercado interno e externo

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Rever os **mecanismos de formação de preços** de bens e serviços essenciais à indústria, nomeadamente electricidade, tendo em vista a sua competitividade, até ao final do 1.º trimestre de 2011 (ICE)
- **Liberalizar mercado da energia eléctrica**, podendo os consumidores escolher o seu fornecedor. Todos os consumidores deverão abandonar o regime de tarifa fixa e adoptar os preços de mercado. Os consumidores podem escolher o seu fornecedor de gás natural e os grandes consumidores devem mudar para um regime de preços de mercado.
- **Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) independente**
- Introduzir o **Programa Licenciamento Zero no retalho e abertura das grandes superfícies aos Domingos** à tarde e feriados
- Liberalizar os **serviços postais**

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



< 1 1-3 3-6 > 6 meses

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

ICE – Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2010

Iniciativa 35

Definir um **projecto de desenvolvimento económico** concreto, alicerçado em 3 eixos: i. Incentivos à exportação; ii. Incentivos à substituição de importações; iii. Capitalização de empresas

Alto impacto

Assegurar o desenvolvimento económico do país através da dinamização da economia via incentivos à exportação, diminuição das importações e reforçando o financiamento no sector empresarial.

+ Benefícios

- Definição de **linhas para o crescimento potencial e sustentado** da economia nacional a médio e longo prazo
- Recuperação da **confiança e mobilização da capacidade** produtiva nacional
- Promoção da **eficiência do investimento e das empresas**
- Fomento de um **bom ambiente de negócios**, estímulo da concorrência e melhoria da governação societária

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico
- Dimensão do mercado interno e externo

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Definir um **projecto de desenvolvimento económico** no Programa do Governo ●
- Detalhar os eixos do projecto de desenvolvimento económico referido em documento próprio - **Plano de Desenvolvimento Económico de Médio e Longo Prazo** ●

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Apoiar os empresários (actuais e potenciais) em consultoria empresarial direccionada às actividades pré-competitivas (ex.: diagnósticos de viabilidade estratégica, económica, financeira e técnica, análises de posicionamento competitivo, estudos de mercado, ...).

+ Benefícios

- Criação de **infraestruturas de apoio** que permitam orientar, esclarecer e informar os empresários
- **Dinamização** da envolvente empresarial
- Captação de **novos investimentos** e apoio ao empreendedorismo

Áreas de incidência






- Vantagens competitivas
- Intensidade da concorrência

Responsáveis



Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Principais actividades em curso e status de implementação

- Lançar, até ao final do 1.º semestre de 2011, o Programa «**Licenciamento Zero**», destinado a reduzir encargos administrativos sobre as empresas através da eliminação de licenças e de outros condicionamentos prévios para quem pretende abrir e explorar um negócio ICE) 
- Permitir a **pesquisa on-line integrada** de firma, marca e nome de domínio (Simplex 2010) 
- Disponibilizar a título de serviço público **informação útil para as empresas sobre internacionalização** pela AICEP (ex.: mercados, estatísticas, procedimentos, incentivos, oportunidades, etc) 
- Organizar **eventos de promoção das marcas nacionais** pela AICEP 
- Introduzir **medidas de simplificação** como registos electrónicos, eliminação da taxa de registo de marcas, logótipos e outros, eliminação da taxa de declaração de intenção de uso (DIU), redução de alguns prazos e supressão de outros (D.L. n.º 143/2008 e Portaria n.º 1254/2009) 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



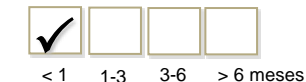
- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 37

Conceder incentivos (nomeadamente redução da carga fiscal) às **empresas de bens transaccionáveis e PME**s, reforçando os critérios de elegibilidade

Alto impacto

Dotar as empresas de bens transaccionáveis e as PME de meios, financeiros e outros, que lhes permitam apostar de forma eficiente nas suas áreas de negócio, em projectos com elevado potencial, na formação dos seus trabalhadores e a fazer face às suas responsabilidades financeiras.

+ Benefícios

- Dinamização da **actividade económica e empresarial**
- Fomento da **empregabilidade, qualificação da mão-de-obra e cumprimento das obrigações** financeiras por parte das empresas de bens transaccionáveis e PME
- **Fomento da competitividade** das empresas de bens transaccionáveis e PME

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Carga fiscal
- Vantagens competitivas

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Dotar os concursos recém-concluídos do Sistema de Incentivos para empresas exportadoras de **+140 milhões de euros** (ICE)
- Abrir **novos concursos nos Sistemas de Incentivos às empresas**, no valor de 780 milhões - 560 milhões direccionados a empresas exportadoras (ICE)
- Criar, até ao final do 1.º trimestre de 2011, uma **via rápida para investimentos** nos sectores de bens transaccionáveis (ICE):
 - ✓ Alargamento do regime dos projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN)
 - ✓ Adopção do regime de interlocutor único e da conferência decisória, para efeitos de licenciamento (projectos superiores a 25 milhões de euros)

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



< 1 1-3 3-6 > 6 meses

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Dotar a **política de apoio à internacionalização** de mais meios e seduzir os portugueses mais conhecidos no estrangeiro para uma colaboração efectiva com o Estado português

Alto impacto

Apostar na política de apoio à internacionalização para dinamização da economia nacional, através da promoção das exportações e fortalecimento da imagem dos produtos, marcas e empresas portuguesas.

+ Benefícios

- Aumento da **credibilidade internacional** dos produtos, marcas e empresas portuguesas
- **Fortalecimento das empresas** nacionais para competir internacionalmente
- Promoção das **exportações**
- Desenvolvimento de uma **rede de contactos** assente na lusofonia

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Vantagens competitivas

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Introduzir linhas de apoio à **promoção de produtos portugueses** nos mercados internacionais ●
- Introduzir o **SIMPLEX exportações**, Lojas da Exportação e linhas de crédito à Exportação ●
- Dotar as empresas de **incentivos fiscais** à Internacionalização ●
- Criar o **Fundo de Apoio à Internacionalização** e Exportação ●
- Introduzir uma **nova linha de crédito** de 275 milhões € para as empresas exportadoras ●
- Desenvolver pela AICEP um programa de **dinamização de uma rede de negócios internacional** integrando os quadros portugueses presentes nos mercados externos, universidades e instituições internacionais. ●
- Criar o **Programa INOV-Export** que procura dar experiência internacional a jovens quadros ●

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Contribuir para o aumento das vantagens competitivas das empresas exportadoras, especialmente das que revelam elevado potencial competitivo.

+ Benefícios

- Fomento da **internacionalização da economia** portuguesa e expansão das exportações totais
- Fomento de uma **envolvente favorável à actuação** das empresas no mercado global
- Fortalecimento das empresas e aumento da **competitividade das empresas** nacionais nos mercados internacionais

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Intensidade da concorrência

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Reforçar os critérios do QREN para **elegibilidade das empresas** a apoios à internacionalização
- Conceder acesso aos **seguros de crédito** por parte de filiais de empresas portuguesas no estrangeiro que comercializem produtos produzidos em Portugal
- Lançar uma nova **linha PME Investe**, com o montante de 1 250 milhões de euros, para apoiar o crédito e a liquidez das PME's
- Criar **Lojas de Exportação** com o objectivo de apoiar a internacionalização
- Implementar o **Fundo de Apoio à Internacionalização e Exportação**, no montante de 250 milhões de euros (aprovado em Conselho de Ministros)
- Apoiar a criação e desenvolvimento de **empresas de natureza inovadora e orientadas para os mercados de exportação** através de apoios públicos no valor de 50 milhões de euros (ICE)
- Reforçar o **incentivo fiscal à internacionalização**, em particular das PME, com aprovação de uma proposta de lei até ao final do 1.º trimestre de 2011 (ICE)

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Incentivar o sector empresarial a realizar investimentos que potenciem a sua capacidade produtiva, de modo a aumentar a sua produtividade e competitividade.

+ Benefícios

- Incentivo ao **reinvestimento dos lucros** na empresa e à captação de recursos para investimento
- Incentivo à **renovação e modernização contínua** das empresas




Áreas de incidência

- Carga fiscal

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Reforço do **incentivo fiscal à internacionalização** com aprovação de uma proposta de lei até ao final do 1.º trimestre de 2011 (ICE) 
- Apresentar, até ao final do 1.º trimestre de 2011, um **Programa «Simplex Exportações»**, incluindo medidas para acelerar os procedimentos relativos ao pedido de isenção de pagamento de IVA (ICE) 
- Aprovar os instrumentos normativos e as medidas administrativas necessárias para lançar o programa **«Taxa Zero para a inovação»** até ao final do 1.º semestre de 2011, de forma a isentar do pagamento de qualquer taxa, emolumento ou contribuição administrativa, durante dois anos, as empresas com potencial inovador criadas por novos empreendedores (ICE) 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 41

Diagnosticar a actividade das agências de capital de risco, solucionar constrangimentos e criar novos mecanismos de **capitalização das PME exportadoras**

Alto impacto

Apoiar empresas com projectos sustentáveis, promovidos por empreendedores com capacidade, através de mecanismos de capitalização eficientes e eficazes.

+ Benefícios

- Fomento do **crescimento sustentado da economia** nacional através da promoção do empreendedorismo e da participação proactiva no capital de empresas
- Valorização de **projectos inovadores** que visem a competitividade e a internacionalização das empresas portuguesas
- Apoio ao **financiamento de empresas inovadoras**, em especial *start-ups*

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Acesso ao financiamento
- Dimensão do mercado externo

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- **Concentrar as carteiras** da PME Capital e da PME Investimentos numa única capital de risco para alavancar a capacidade de investimento
- Enfocar a **AICEP Capital Global** na promoção de investimentos de consolidação do tecido económico, nomeadamente a projectos de expansão e operações de reestruturação e concentração de empresas
- Desenvolver **mecanismos de capital de risco** para projectos de investimento orientados para os mercados internacionais, canalizando 150 milhões de euros no âmbito do QREN (ICE)
- Apoiar a criação e desenvolvimento de empresas de natureza inovadora e orientadas para os mercados de exportação através da **utilização complementar de mecanismos de capital de risco** (ICE)
- Monitorizar e **diagnosticar periodicamente a actividade** das agências de capital de risco, optimizando a sua actuação

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo
- Experiência Capgemini

ICE – Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2010

Simplificar o acesso das empresas à informação sobre os apoios disponibilizados pelo Estado.

+ Benefícios

- **Facilitação do acesso** das empresas à informação sobre os apoios disponíveis e mais adequados (financeiros, fiscais, laborais, outros)
- Melhoria na **aproximação às PMEs e potenciais investidores estrangeiros**

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Intensidade da concorrência
- Investimento estrangeiro

Responsáveis

Principais actividades em curso e status de implementação

- Seleccionar um conjunto de **300 organismos que contribuam para os conteúdos** do portal até final de Junho de 2011 ●
- Actualizar o **Portal da Empresa** (<http://www.portaldaempresa.pt/cve/pt>), até final de Junho de 2011 ◐

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Promover uma sociedade assente nos valores da moderação, auto-controle e bem-comum, através do processo formativo dos educandos, preparando-os para o exercício da vida em sociedade sob critérios éticos de conduta.


+ Benefícios

- Consciencialização dos cidadãos da importância da **transparência na actividade empresarial e na sociedade**, no geral
- Consciencialização dos cidadãos para a importância do **combate à corrupção, fraude e economia paralela**
- Fomento da **cooperação** na actividade empresarial e na sociedade, no geral

Áreas de incidência

- Corrupção e transparência
- Ensino básico e secundário

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Introdução da área curricular não disciplinar de **Formação Cívica**, onde são abordados temas como Educação para Direitos Humanos, Ambiente, Saúde e Educação Sexual (D.L. nº 6/2001, de 18/01) ●
- **Introdução da Ética**, como um tema de formação transversal, nas temáticas a abordar na área curricular de Formação Cívica ○

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 44

Introduzir **disciplinas a partir do ensino básico ou secundário**, que desenvolvam a capacidade de organização

Alto impacto

Auxiliar o discente a adquirir métodos para **organizar os seus trabalhos e desenvolver a capacidade de autonomia**, o saber fazer sozinho, formas do aluno realizar as suas próprias aprendizagens e ainda de trabalhar em grupo.

+ Benefícios

- Fomentar a **criatividade e autonomia** através do desenvolvimento de projectos
- Sensibilização dos alunos para a importância da **inovação e empreendedorismo** na economia actual
- Transmissão de **métodos de organização, planeamento e trabalho** que os alunos possam replicar na sua vida pessoal e profissional futura




Áreas de incidência

- Ensino básico
- Ensino secundário

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Reformular o **Estudo Acompanhado**, área curricular não disciplinar, no quadro de uma gestão mais flexível, para que a oferta se dirija aos alunos que têm efectivas necessidades de apoio e acompanhamento 
- Fomentar os **trabalhos de grupo**, no ensino básico e secundário, como metodologia para apreensão de competências de pesquisa, planeamento, organização e execução 
- Introdução da área curricular não-disciplinar "**Área de projecto**" 

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Qualificar do ponto de vista linguístico a mão-de-obra nacional, preparando-a para uma cada vez maior globalização da economia e dotando-a de diferenciais competitivos.

+ Benefícios

- **Eliminação de barreiras linguísticas** na execução de negócios
- Maior **“exportabilidade” da mão-de-obra e empresas** nacionais
- Maior **capacidade de acolhimento de investimento** estrangeiro

Áreas de incidência

- Ensino básico
- Ensino secundário

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Reforçar a componente prática e reflexiva da formação como mecanismo de qualificação da mão-de-obra e respectiva preparação para o mercado de trabalho.

+ Benefícios

- **Melhor preparação do discente** para a actividade profissional pela análise de situações reais do exercício profissional durante a formação
- Construção do saber como resultado da interação entre os saberes já adquiridos e o questionamento, provocado pela **vivência dos problemas profissionais** contextualizados
- **Melhor preparação e qualificação da mão-de-obra**

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Intensidade da concorrência

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Definir a estrutura de **níveis de qualificação**, tendo como referência os princípios do Quadro Europeu de Qualificações (**Quadro Nacional de Qualificações**) ●
- Criar um **Catálogo Nacional de Qualificações**, instrumento de gestão estratégica de qualificações de nível não superior, integrando 247 qualificações profissionais m 39 áreas de educação e formação (D.L. nº 396/2007 de 31/12) ●
- Desenvolver os **Cursos Profissionais e os Cursos do Ensino Artístico Especializado** como percurso do nível secundário de educação ●
- Introduzir os **Cursos de Educação e Formação**, como oportunidade para conclusão da escolaridade obrigatória ●
- Desenvolver **Cursos de Aprendizagem** (cursos de formação profissional inicial) e **Cursos de Especialização Tecnológica** (formações pós-secundárias não superiores) ●
- Reforçar a componente prática da **Iniciativa Novas Oportunidades** ●

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 47

Criar programas mais específicos e concretos de nível médio **apostando na formação profissional técnica e tecnológica**

Alto impacto

Apostar nos cursos profissionalizantes de nível médio, como mecanismo de qualificação da mão-de-obra e respectiva preparação para o mercado de trabalho.

+ Benefícios

- **Melhor preparação do discente** para a actividade profissional pela análise de situações reais do exercício profissional durante a formação
- Construção do saber como resultado da interacção entre os saberes já adquiridos e o questionamento, provocado pela **vivência dos problemas profissionais** contextualizados
- Melhor **preparação e qualificação da mão-de-obra**

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Formação profissional
- Preparação tecnológica

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Desenvolver os **Cursos Profissionais e os Cursos do Ensino Artístico Especializado** como percurso do nível secundário de educação, via profissionalizante ●
- Desenvolver **Cursos de Aprendizagem** (cursos de formação profissional inicial) e **Cursos de Especialização Tecnológica** (formações pós-secundárias não superiores), que visam o desenvolvimento de competências para o exercício profissional ●
- Incluir no **Programa Novas Oportunidades** uma oferta abrangente de cursos profissionais com certificação para jovens e adultos ●
- Constituir um grupo de trabalho para **definição de 100 profissões estratégicas para a economia do futuro**, reconversão dos activos, ajustamento do sistema às necessidades do mercado de trabalho e requalificação/reconversão profissional de 20.000 desempregados (ICE) ●

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Melhorar o conhecimento e compreensão das escolas sobre os alunos, aumentando a sua capacidade de comunicação e adequação das estratégias didácticas e, conseqüentemente, as possibilidades de sucesso do trabalho escolar.


+ Benefícios

- Fomento do **bom desempenho escolar** de crianças e jovens
- Promoção da **boa relação escola-aluno**
- Maior garantia a cada aluno, independentemente das condições de seu grupo familiar, do **direito de aprender**

Áreas de incidência

- Ensino básico e secundário
- Gestão pública

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Legislar sobre a **formação das Associações de Pais e Encarregados de Educação** ●
- Prever a participação de representantes dos Pais e Encarregados de Educação nos **Conselhos Pedagógicos, Assembleia de Escola e conselhos de turma**, exceptuando os destinados à avaliação ●

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Reter e fixar em Portugal de mão-de-obra qualificada, através do desenvolvimento de mecanismos e meios de fomento da I&D.


+ Benefícios

- Aumento da **qualificação média da mão-de-obra** nacional
- Introdução de **métodos de gestão e produção inovadores** no meio empresarial
- **Dinamização da actividade** económica, via aposta na I&D







Áreas de incidência

- Vantagens competitivas
- Inovação

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Reforçar o **orçamento de I&D dos organismos e instituições públicas**, nomeadamente laboratórios públicos, institutos e centros de investigação ligados ou dependentes de instituições públicas de ensino superior 
- Reforçar o **Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SNTN)** através da contratação de investigadores via a iniciativa Ciência 2007/8, programa de Cátedras Convidadas ou programa Welcome II 
- Fomentar a **internacionalização do SCTN** através da participação em Programas e Redes Científicas, Organizações Internacionais, celebração de Acordos Bilaterais com países e instituições, e do envolvimento nacional na Política da UE em C&T 
- Financiar diferentes tipos de **bolsas** (doutoramento, pós-doutoramento, investigação científica, ...) e **formação avançada** 
- Financiar e apoiar **projectos de I&D** em todos os domínios científicos 
- Apoiar iniciativas de **promoção de actividades de I&D ou de transmissão de conhecimentos** em qualquer área científica 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Promover a definição de novos padrões de desempenho profissional e de metodologias que permitam orientar a avaliação do desempenho docente.

+ Benefícios

- Fomento de espaços contextualizados para a criatividade e inovação, estimulando a **excelência docente**
- Valorização da dimensão do **desenvolvimento do ensino e da aprendizagem**
- Possibilidade de **reconhecer e premiar a performance individual**

Áreas de incidência

- Ensino básico e secundário
- Ensino superior

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Estruturar o referencial de desempenho docente **em torno de dimensões**:
 - a) Vertente profissional, social e ética
 - b) Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem
 - c) Participação na escola e relação com a comunidade educativa
 - d) Desenvolvimento e formação profissional
- Operacionalizar as dimensões de desempenho através da sua divisão em subdimensões e traduzir cada subdimensão em **indicadores de desempenho**
- Definir **critérios transversais** para a análise integrada de cada dimensão

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 51

Melhorar a **qualidade do corpo docente**, através da intensificação da formação técnica e comportamental

Alto impacto

Melhorar a qualidade de ensino através de um aperfeiçoamento/ aprofundamento dos conhecimentos que são transmitidos ao alunos bem como das capacidades pedagógicas

+ Benefícios

- Melhor **performance dos alunos**
- Maior **aquisição de conhecimentos** adequados
- Melhor **interligação dos professores com os alunos** e consequentemente maior motivação para ambos

Áreas de incidência

- Ensino básico
- Ensino secundário
- Ensino superior

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Providenciar **formação a vários níveis**, em regime de formação contínua, formação através do ensino à distância, formação de práticas metodológicas, entre outros (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro)



Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Negociações em curso

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Flexibilizar a legislação laboral portuguesa, aproximando-a das práticas europeias em matéria de indemnização por rescisão contratual.

+ Benefícios

- **Diminuição da rigidez laboral**
- **Incentivo ao investimento** estrangeiro em Portugal
- **Relançamento da economia** nacional

Áreas de incidência

- Legislação laboral

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Reduzir as **indemnizações por despedimento colectivo, por inadaptação ou por extinção do posto de trabalho** de 30 para 20 dias por ano trabalho, com aplicação apenas futuros contratados, e limite de 12 meses (Proposta do Governo)

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Negociações em curso

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Desenvolver mecanismos que fomentem a contratação de mão-de-obra jovem, requalificando a economia nacional.


+ Benefícios

- Criação de emprego para os jovens
- Fomento à inovação e empreendedorismo
- Renovação da mão-de-obra portuguesa no sentido de uma maior qualificação
- Inserção de **jovens quadros** no mercado laboral
- Maior articulação entre o sistema económico e o sistema educação-formação

Áreas de incidência

- Legislação laboral

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- **Comparticipar os estágios** profissionais para jovens em empresas ●
- Apoiar a inserção, em PMEs, de **jovens com idade até aos 35 anos**, com qualificações de nível superior em áreas críticas para a inovação e o desenvolvimento empresarial ●
- Apoiar a **contratação de jovens desempregados ou à procura de 1º emprego**, nomeadamente através da redução dos descontos para a Segurança Social ●

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Permitir às empresas uma real adaptação às variações e sazonalidade da procura, desenvolvendo a capacidade de atender a diferentes necessidades em prazo e perfil dos consumidores.

+ Benefícios

- Maior flexibilidade na **organização do tempo de trabalho**
- Maior adequação das empresas à **variação da procura**
- **Dinamização da actividade** económica



Áreas de incidência

- Legislação laboral

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Instituir um **regime de Banco de Horas** que manterá em crédito as horas que o colaborador trabalhar para além do seu horário legal (Código do Trabalho) 
- **Negociar empresa a empresa** os bancos de horas, horários concentrados e turnos 

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Negociações em curso

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Coordenar de forma sustentável a organização do território a nível nacional e local, simplificando e harmonizando a legislação relativa ao Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território.

+ Benefícios

- **Compatibilização entre a legislação** relativa ao Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território
- **Desoneração do cumprimento** da legislação pelos agentes económicos
- **Melhoria da aplicação dos regulamentos**, garantindo o cumprimento dos objectivos que levaram à sua aprovação

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ambiente macroeconómico

Responsáveis



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Principais actividades em curso e status de implementação

- Estabelecer o regime jurídico relativo à **prevenção e controlo integrados da poluição** (D.L. n.º 173/2008, de 26 de Agosto) ●
- Actualizar o **regime PCIP** por forma a adequar e tornar mais célere o procedimento de licença ambiental, harmonizando-o com outros regimes jurídicos que prevêem, igualmente, procedimentos de licenciamento ou autorização de instalações como o regime de exercício da actividade industrial (REAI) ◐
- **Reordenar processos** com efectiva diminuição de papel, transformando parte da informação em suporte digital (Proposta de Revisão da Portaria nº 330/2001) ◑

Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração do processo

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto

Actividades contínuas

- Tempo estimado
- Proposta do Governo

Iniciativa 56

Levantamento e **disponibilização de informação relativa às perspectivas de emprego**, áreas de maior empregabilidade, nível de remunerações, ofertas de cursos médios e superiores, entre outros

Alto impacto

Promover a adequação das qualificações da mão-de-obra nacional às tendências e desafios do contexto económico, a médio e longo prazo.

+ Benefícios

- Antecipação das **necessidades formativas**
- **Actualização/ requalificação** constante da mão-de-obra nacional

Áreas de incidência

- Gestão pública
- Ensino superior
- Formação profissional

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Identificar o conjunto de áreas que apresentam **maior potencial de empregabilidade**
- Promover a **disponibilização de informação** relativa às perspectivas de emprego, áreas de maior empregabilidade, nível de remunerações, ofertas de cursos médios e superiores, etc.

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração de processos

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Experiência Capgemini

Consciencializar os consumidores sobre o efeito da decisão de compra na economia do país e no sector empresarial português

+ Benefícios

- **Mobilização da preferência** dos consumidores para produtos e marcas que geram valor acrescentado em Portugal
- **Sensibilização dos consumidores** para os benefícios económicos e sociais consequentes (aumento do PIB, redução do desemprego, equilíbrio da balança comercial, etc.)
- **Dinamização** da economia

Áreas de incidência

- Ambiente macroeconómico
- Dimensão do mercado interno

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Estudar formas de **reforçar a promoção dos produtos nacionais** sem contrariar as normativas europeias:
 - Promover a qualidade dos produtos de origem nacional
 - Divulgar os benefícios económicos e sociais associados à aquisição de produtos nacionais
 - Divulgar técnicas para identificação da origem dos produtos (ex.: código de barras, ...) , etc.



Impacto na competitividade real de Portugal



Red. → Elev.

- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



Red. → Elev.

- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração de processos

Complexidade de implementação



Red. → Elev.

- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



< 1 1-3 3-6 > 6 meses

- Tempo estimado
- Experiência Capgemini



Iniciativa 58

Fazer o **marketing de Portugal** junto dos pontos inevitáveis a nível internacional de obtenção de informação para potenciais acções de internacionalização (ex.: WEF)

Alto impacto

Promover Portugal, e a economia nacional, de forma activa junto de instituições cuidadosamente seleccionadas em função da rede de contactos envolvente e do seu papel na tomada de decisão de investimento/ internacionalização por parte das empresas

+ Benefícios

- **Maximização do retorno do investimento** na promoção do país, pelo enfoque nos pontos críticos de obtenção de informação
- **Dinamização da economia** nacional, pela atracção de investimento estrangeiro e divulgação das empresas portuguesas
- Construção de uma **rede de contactos** institucional



Áreas de incidência

- Investimento estrangeiro

Responsáveis



Principais actividades em curso e status de implementação

- Definir uma estratégia de **apresentação/ posicionamento do país** junto das principais entidades/ pontos de informação internacionais com peso na tomada de decisão de investimento/ internacionalização por parte das empresas 
- Definir mecanismos para avaliação do investimento efectuado junto de cada instituição e do **retorno global alcançado** 

Impacto na competitividade real de Portugal



- Benefício económico
- Responsabilização
- Controlo sobre os processos

Impacto na competitividade percebida de Portugal



- Visibilidade
- Redução de custos
- Aceleração de processos

Complexidade de implementação



- Tempo
- Recursos
- Coordenação entre entidades

Tempo de implementação proposto



- Tempo estimado
- Experiência Capgemini